



ATA N.º 32/XII-2º/2018-19

1 - Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas 21H15, nos Bombeiros Voluntários de Almada, sitos na rua Cândido Capilé, 13/14, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.2 - Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.3 – Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada;

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decreto-Lei nº 21/2019”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decretos-Lei nº 58/2019, de 30 de abril e 72/2019, de 28 de maio”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Alienação de Imóvel Edifício Sede da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda”.

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2018”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU) e Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS) por impedimento do cidadão Sérgio Cantante Faria de Bastos, José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), para os dias 27 e 28 de junho, Mara Rita Silva Martins (CDU), para os dias 27 e 28 de junho, Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU) por impedimento do cidadão Jorge Miguel Oliveira Feliciano e do cidadão Mário José de Sousa Pedroso, António José Olaio da Silva (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento do cidadão José Augusto Tavares Oliveira e da cidadã Joana Tavares Reis Raposo e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE), para os dias 27 e 28 de junho.

4.1.2 - O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, em regime de substituição António Joaquim Oliveira (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito, o Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett e o Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Alda Fidalgo.

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

4.4 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.4.1 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

4.4.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenção de requalificação do edificado da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.

4.4.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre obras de requalificação do salão de festas da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 6/6/2019, ainda não foi respondido.

4.4.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre descargas nas águas do Rio Tejo na zona do 2º Torrão na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 24/5/2019, ainda não foi respondido.

4.5 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.6 – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 27/XII-2.º/2018-19 da sessão extraordinária da sessão comemorativa do 25 de Abril, 28/XII-2.º/2018-19, 29/XII-2.º/2018-19 e 30/XII-2.º/2018-19 da sessão ordinária de abril de 2019 e a ata n.º 31/XII-2.º 2018-19 da sessão extraordinária de maio de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.6.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 27/XII-2.º/2018-19, 28/XII-2.º/2018-19, 29/XII-2.º/2018-19, 30/XII-2.º/2018-19 e 31/XII-2.º 2018-19 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Manuel Santos Gregório e João Rocha.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Manuel Santos Gregório:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Faz hoje precisamente dois meses e um dia, que na Assembleia Municipal que foi realizada nas Quintinhas, na Charneca de Caparica, eu dei conta da minha situação a todos os presentes. E a minha situação mantém-se igual. Vou fazer uma correção, muito pior. Eu cidadão da República Portuguesa, munícipe deste Concelho, onde nasci, sou um cidadão sem abrigo. Vivo em condições inimagináveis em relação ao que é a dignidade de um ser humano, tentei por todos os meios, que me dessem algo onde me pudesse abrigar, da chuva, e tantas outras coisa, e muito sinceramente nunca tive jeito para a política, toda a minha vida fui um atleta, neste caso na modalidade de atletismo, bem sucedido, diga-se de passagem e modéstia à parte, mas com o máximo e devido respeito que eu sinto por todos aqueles que passam por situações como refugiados, fugidos à guerra, abandonados à fome à miséria, eu cidadão português, sinto-me um refugiado na minha própria pátria. Por duas razões. Uma, pela inércia daqueles que muitas vezes vão à mesa de voto e esperam ver a suas condições melhoradas. Até hoje, pioraram e de que maneira. A outra razão, é que não me vou vergar à fatalidade do meu destino e vou acabar com as mesmas palavras que disse na outra vez. Prefiro morrer em pé, do que viver toda a minha vida de joelhos. A outra coisa que disse na última Assembleia Municipal, à frente de todos, foi que não invejo, nem penso sequer em tal, que todos os que saem depois desta Assembleia Municipal, desta sala, sabem que vão ter um teto onde se abrigar. Eu vivo em condições inimagináveis, que está aqui quem saiba, eu já não peço um abrigo, eu já não peço um teto, cheguei ao ponto em que, passe o neoplágio, a casota de um cão para mim já serve.”

5.1.2 – O Senhor Munícipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Naturalmente, não podia começar de outra forma a ler este pequeno texto, sem mencionar os dez mil residentes que habitam em Áreas urbanas Génese Ilegal, na área de jurisdição da União de Freguesias da charneca de Caparica/Sobreda, mas cumpridores com as suas obrigações fiscais, como já o referi em várias vezes em Assembleias Municipais, todos eles, agradecem ao atual executivo deste Município, todas as diligências encetadas, até á presente data, para a resolução deste flagelo das AUGIS,s sediadas neste Concelho, provavelmente, com a criação de um regulamento específico para as AUGIS,s no qual consta também a redução de taxas e cedências, assim sendo, estão criadas todas as condições para que o processo da reconversão das AUGI,s, iniciem uma nova fase após percorrerem um longo caminho no deserto, durante os anteriores mandatos.

Ultimamente, tem-se constatado alguma agressividade em atos públicos realizados neste Município, contra todos os membros do atual executivo, por vezes ultrapassa o limite da ética na política, talvez por os senhores eleitos cessantes, desconhecerem que em democracia, não há bilhetes de identidade vitalícios para a política, há sim a vontade do povo, que se expressa através de sufrágio, conforme define a Constituição da República Portuguesa, para evitar assim, situações idênticas aos condados agrários, após o 25 de Abril.

Finalmente, quando assisti às cerimónias do 25 Abril, de 2019, na Praça do Movimento das Forças Armadas, fiquei perplexo, por ter constatado um ato de desrespeito, perante a Senhora Presidente deste Município, quando iniciou o seu discurso nessa mesma praça, memorável, ao dia em que se abriu a porta para liberdade para o povo, por um aglomerado de pessoas colocadas em cima de um monumento ali existente, um claro desrespeito por este, sendo até uma delas, eleita pela União de Freguesias da Charneca de Caparica/Sobreda, a fim de dirigirem apupos à Presidente Inês Medeiros, quando iniciasse o seu discurso. Atitudes desta natureza devem ser repensadas por quem as pratica, porque foram praticadas há 4 séculos atrás, por um historiador de nome Nicolau Maquiavel, se nos visitasse hoje, constatava uma mão cheia de pretensos dirigentes políticos sediados em Almada, que levam a sério os seus legados, tais como: a calúnia e oportunismo, são algumas das armas que Maquiavel considera basilares para justificar a luta pelo poder a qualquer preço. Tenho dito. Sobreda 27 de junho de 2019, o responsável da AUGI da Quinta da Adega João Rocha”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e as Senhoras Vereadoras Teodolinda Silveira e Francisca Parreira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a primeira intervenção, cabe-me só dizer, que, de facto, os serviços já atenderam o Senhor Município Manuel Gregório e se o Senhor Presidente da Mesa me permitir passava a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que está a acompanhar mais de perto esta questão.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois da vinda do Senhor Município Manuel Gregório aqui à Assembleia Municipal, nós próprios contactamos os serviços e pedimos ao Senhor Manuel Gregório para o contactar. O Senhor foi ao serviço, já foi atendido duas vezes, não havia no Departamento qualquer pedido de habitação solicitado até essa data, o pedido de habitação que existe foi feito pelos serviços e foi posterior à Assembleia Municipal que o próprio Senhor Manuel Gregório referiu. Não tendo nenhuma habitação disponível no momento para lhe atribuir, aquilo que os serviços me disseram é que lhe iam propor, não sei se já lhe propuseram, neste momento não posso atestar isso, enquanto aguarda por uma habitação que eventualmente poderemos vir a ter, ir para um abrigo que recuperamos e que será exatamente para casos que não podemos resolver, casos graves destes, semelhantes a este, e que poderão durante um tempo habitar um espaço que não será um espaço individual, sabemos, mas que será melhor do que dormir, tanto quanto o Senhor Manuel Gregório diz, no banco do jardim. E portanto, a situação não é verdade que não tenha sido tratada, foi tratada imediatamente a seguir e de facto, aquilo que nós pensávamos que era um pedido de habitação antigo, não era, o pedido de habitação foi feito. Foram pedidos papeis como é feito em todos estes casos, foi identificado, tipificada a situação, e perante a não existência de casa e nós sabemos que a situação é grave, e quando tivermos uma habitação, um fogo disponível, o poderemos atribuir. Só poderemos resolver de facto o problema através da colocação num abrigo, que sabemos que as pessoas de facto, não gostam, mas dada a situação, o Senhor até aceitará essa situação. E, portanto, se aceitar esta situação será resolvida pelo menos temporariamente, lamentando não a poder resolver de outra maneira.”

5.2.3 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria só agradecer as palavras do Senhor Município João Rocha e dizer que de facto relativamente à questão das AUGI, e se o Senhor Presidente da Mesa me permitir passarei a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira, para pôr ao corrente da evolução dos trabalhos naquilo que é o Regulamento das AUGIS. Dizer que recebi a sua comunicação e que estamos também a seguir.”

5.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota, naturalmente, que o Departamento criado, em específico, a Divisão das AUGI, está neste momento a trabalhar para sujeitar à apreciação pública e discussão pública o Regulamento das AUGI. Foi um trabalho aturado que nos deu naturalmente também, em termos daquilo que é a avaliação técnica no Departamento, um hiato tempo que é necessário para a preparação de toda a documentação. Sabeis conforme transmitido na última Assembleia Municipal, que fizemos também uma pesquisa comparativa com outros Municípios que já tinham Regulamento específico criado para a administração das AUGI, é uma lei especial, que regula a nível nacional os aglomerados urbanos de génese ilegal, mas há também regulamentos, nomeadamente o de Sintra, Cascais, Amadora, Odivelas, que são referenciais para o trabalho que foi desenvolvido também por esta Autarquia. Haveria naturalmente também e porque todos os benefícios que venham a ser considerados no âmbito destas AUGI têm reflexos no orçamento camarário e têm reflexos também na perceção da receita, desde logo, porque eles implicam isenção de pagamento de taxas e outro tipo de benefícios, que deverão ser considerados em termos daquilo que é a sustentabilidade do orçamento da Câmara Municipal e a consolidação desse mesmo orçamento.



E, portanto, essa avaliação económica, está neste momento fechada, o dossier está preparado para vir a discussão pública. A nossa intenção e a nossa missão é envolver todos os munícipes nesta mesma apreciação e discussão, e naturalmente também, os Senhores/as Deputados/as Municipais, a quem muito brevemente chegará o documento para vossa apreciação e para que possam ser carreados todos os contributos que sejam necessariamente benéficos para a discussão quer do documento, quer para o aprofundamento daquilo que é a democracia.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Voto de Pesar pelo falecimento de António Reizinho, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

António Rogério Reizinho Falcão, o Reizinho como os seus familiares, amigos e camaradas o conheciam e fraternalmente tratavam, faleceu no passado dia 21 de maio, aos 84 anos de idade.

Nascido em Mora, Distrito de Évora, o Reizinho tornou-se filho adotivo da Cova da Piedade logo nos primeiros anos de vida. Operário serralheiro desde os 12 anos, rapidamente adquiriu consciência da importância decisiva da luta política organizada dos trabalhadores para o derrube da ditadura fascista que então oprimia o País.

“Operário da Revolução”, assim alguém o designou numa breve biografia. A sua vida e obra, as alegrias que sentiu e as dores que carregou, os valores e as causas que abraçou, as lutas que travou e a forma como as travou, as vitórias, mas também os desaires com que nunca se conformou, espelham bem, no António Reizinho, o seu percurso de luta ao longo dos seus anos de vida.

Nos anos cinquenta do século passado adere ao Partido Comunista Português. Integra então os quadros de pessoal do Arsenal do Alfeite, e aí participa ativamente nas lutas dos trabalhadores pela melhoria da qualidade das condições de trabalho. Em meados dos anos sessenta ingressa como operário nos Estaleiros da CUF.

Foi preso e torturado pela PIDE, tendo estado preso entre 1967 e 1969 em Caxias e Peniche. Sobre esse período, o próprio António Reizinho, em entrevista à Agenda Cultural da Câmara Municipal de Almada por ocasião da celebração do 40º Aniversário da Revolução de Abril, afirmava que “o mais difícil para mim foram as torturas da PIDE [...] durante os oito dias e noites que durou o interrogatório”. Mas acrescenta que “quando saí, senti mais força para continuar a luta, e entrei na clandestinidade”.

Libertado em 1969, a Lisnave recusa-se admiti-lo e não consegue um emprego estável. Tendo retomado a atividade política, a perseguição de que foi alvo obrigou-o a um exílio temporário em França. Regressou ainda antes da Revolução de Abril de 1974 para assumir responsabilidades na organização do movimento associativo popular Almadense, tendo participado ativamente na criação da Sociedade Cooperativa de Produção Industrial Metalúrgica.

Em 1973 integra a Comissão Organizadora do III Congresso da Oposição Democrática, conhecido como Congresso de Aveiro, que tanta importância teve na mobilização e na unidade das forças democráticas que conduziu ao derrube do fascismo.

Com o fim da ditadura fascista em 25 de Abril de 1974, António Reizinho apresentou-se na Lisnave onde foi finalmente readmitido. Mais tarde viria a integrar os quadros dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, instituição onde terminou a sua vida de trabalho ativo.

Profundamente ligado à terra que o adotou, Reizinho acompanhou de perto a vida da Cooperativa Piedense e do Clube Desportivo da Cova da Piedade. Neste Clube, acompanhou em particular a atividade das Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, onde muitas centenas de trabalhadores adquiriram instrução e consciência da importância da luta pela democracia e pelo progresso social.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em 1976, nas primeiras eleições livres para os órgãos do Poder Local Democrático instituído pela Constituição da República Portuguesa, foi eleito membro da Assembleia Municipal de Almada.

A firmeza das suas convicções, a disponibilidade para a solidariedade e para a luta, o empenho permanente em tornar melhor a vida de quem trabalha, o inconformismo com o sofrimento dos outros e em particular daqueles que mais amava, a sua permanente atitude de generosa ternura para quem dele se acercava, os seus ideais de progresso e desenvolvimento, fazem do António Reizinho uma referência obrigatória, merecedora da nossa admiração e respeito.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2019, delibera:

- Expressar à sua Companheira de Vida e de Luta, Maria do Nascimento Falcão, também ela incansável lutadora antifascista e que os mais velhos ainda recordam como apoio incansável aos trabalhos desta mesma Assembleia Municipal, a toda a restante família, em especial ao seu filho Carlos, a todos os seus muitos amigos e camaradas, e ao Partido Comunista Português, os mais sentidos pêsames e a mais profunda solidariedade no momento em que desaparecendo fisicamente do nosso convívio o Homem Grande e Bom que foi e é o António Reizinho, permanecerá entre nós o seu exemplo de luta, determinação e empenho na melhoria da qualidade de vida de todos os homens e mulheres seus semelhantes.”

6.1.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Aos 74 anos de idade, Ruben de Carvalho faleceu no passado dia 11 de junho. Nascido em Lisboa em 21 julho de 1944, era membro do Comité Central do Partido Comunista Português e do Executivo da Comissão Nacional da Festa do “Avante!”.

Ruben de Carvalho destacou-se na atividade jornalística, na imprensa e na rádio, tendo trabalhado em mais de uma dezena de publicações e diversas emissoras de rádio.

Ruben de Carvalho, desde muito jovem, teve uma intervenção intensa e ativa na luta antifascista tendo sido membro das “comissões juvenis de apoio” à candidatura do General Humberto Delgado (1958), e ativista da Oposição Democrática nas “eleições” para a Assembleia Nacional realizadas em 1961, 1965 e 1973, tendo nestas últimas integrado a Comissão Central da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). Em resultado dessa intervenção foi alvo de perseguições constantes por parte da polícia política do fascismo, tendo sido seis vezes preso entre 1961 e abril de 1974.

Ruben de Carvalho era membro do Partido Comunista Português onde, entre muitas outras responsabilidades assumidas, exerceu funções de Chefe de Redação do Jornal “Avante!”. Foi um destacado impulsionador da Festa do “Avante!” sendo membro da Comissão Executiva Nacional da Festa. Era membro do Comité Central do PCP desde 1979.

Eleito deputado pelo PCP à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Setúbal em 1995, foi vereador eleito nas listas da CDU na Câmara Municipal de Setúbal, em 1997, e na Câmara Municipal de Lisboa, entre 2005 e 2013.

Homem de cultura, estudioso e profundo conhecedor da música de todo o mundo, e em especial da música portuguesa, Ruben de Carvalho deixa-nos um valiosíssimo contributo na divulgação e promoção do conhecimento sobre esta forma de expressão nas suas dimensões artística, cultural e social, abrangendo desde a música de raiz popular à música na sua dimensão erudita.

Ruben de Carvalho foi membro da Comissão Executiva das Festas de Lisboa e da Comissão Municipal de Preparação de Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, tendo assumido as funções de Comissário para as áreas da Música Popular e Edições de LISBOA 94. Foi ainda Diretor Artístico do Festival das Músicas e Portos (1999) e membro do Conselho Diretivo do Centro Cultural de Belém.



Por nomeação do Presidente da República Jorge Sampaio, foi membro da Comissão Executiva das Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril (1999).

Ao longo de toda a sua vida, Ruben de Carvalho empenhou-se na luta pela Liberdade e pela Democracia, na construção de uma sociedade nova, justa, fraterna e liberta da exploração e da opressão.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de Junho de 2019, delibera lamentar o falecimento de Ruben de Carvalho, apresentando as mais sentidas condolências e expressando a mais profunda solidariedade à sua companheira de toda a vida e luta, Madalena Santos, a toda a restante família, aos seus muitos amigos e camaradas, e ao Partido Comunista Português, nesta hora tão dolorosa em que desaparecendo fisicamente o Homem, permanecerá perene a sua Obra e o seu Exemplo de Vida.”

6.1.3 – Voto de Pesar pela morte das 16 mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A realidade volta a confirmar aquela que é a frase mais reveladora da nossa incapacidade, enquanto sociedade, de erradicarmos este flagelo social que é a violência doméstica, o crime que mais mata em Portugal. Só em 2019 já se somam 18 vítimas mortais em contexto de violência doméstica. A maior parte destas vítimas, 16, são mulheres, confirmando-se que é um crime que carrega a marca de género. Nos últimos 15 anos já morreram mais de 500 mulheres às mãos da violência machista. Uma média de 35 mulheres assassinadas por ano.

Este é, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, lhes destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há 18 anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e crianças para proteger.

A última vítima conhecida era residente em Lisboa, na freguesia da Penha de França. A 13 de junho foi assassinada às mãos do companheiro agressor, de quem vinha reportando o crime de violência doméstica desde 2017, conforme informação da PSP. Estavam a decorrer processos sobre duas queixas. O agressor tinha sido presente a interrogatório, mas nenhuma medida adicional foi tomada para proteger a vítima.

O Tribunal da Comarca de Lisboa decretou a prisão preventiva do agressor após o assassinato desta mulher, tendo ficado claro, com a informação até agora revelada, que até este momento não se ativaram todos os meios possíveis para evitar a morte.

O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas que mais mata em Portugal, mesmo quando as vítimas fazem queixa e pedem ajuda. Fica claro que ainda há muito a fazer para que o sistema atual consiga proteger quem precisa e não manter o sentimento de impunidade vigente entre agressores.

Assim, continua a afigurar-se necessário responder à incapacidade de várias instâncias competentes atuarem com a celeridade exigida e de ativarem todos os mecanismos ao seu alcance para proteger as vítimas de violência doméstica.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de junho de 2019, delibera,

1. Expressar o seu profundo pesar pela morte de 16 mulheres, e de todas as vítimas de violência doméstica até junho de 2019.”

6.1.4 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O Executivo gostaria de se associar, pelo menos os Senhores/as Vereadores/as do Partido Socialista, gostariam de se associar a dois votos, lamentando obviamente também o falecimento de António Reizinho, mas associar-



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se muito especialmente ao Voto de Pesar de Ruben de Carvalho. Para as pessoas da minha geração, Ruben de Carvalho teve um papel decisivo. Ele foi, na construção da democracia, de facto aquele que, graças à Festa do Avante, que iniciou toda esta nova abertura, toda estes novos festivais, nos fez conhecer a todos músicas vindas de todo o lado do mundo. Foi também ele que, depois com a colaboração que teve na Câmara Municipal de Lisboa, sempre durante toda a sua vida, iniciou este conceito de Festas da Cidade, cuja Almada ela própria, está a viver ainda hoje. Ruben de Carvalho era um homem de grandes convicções, era um homem de grande cultura, mas era um homem que, desde o início, sempre soube manter o diálogo, manter a abertura, e por isso fez o trabalho que fez na Câmara Municipal de Lisboa.

Portanto, como portugueses, como cidadãos, como aqueles que usufruem da liberdade, e sobretudo naquilo que foi a construção da democracia após o 25 de Abril também, embora Ruben de Carvalho também tivesse sido um resistente, e do ponto de vista cultural, não podia deixar de dar aqui uma nota de profundo pesar obviamente à sua família, à sua companheira, mas também ao seu Partido de sempre.

Quero também dar aqui uma nota sobre o Voto de Pesar a todas as mulheres vítimas de violência doméstica. Cada noticia que surge, lembra-nos que mesmo que a legislação já seja boa, temos ainda muito trabalho para fazer nomeadamente, da mentalização das várias instâncias, não só das instâncias judiciais, mas também no dia a dia, no quotidiano. Eu vou provavelmente repetir-me, mas o horrível ditado “entre marido e mulher não metas a colher”, não pode continuar a vigorar. E os vizinhos e os amigos, e os familiares, quando há um caso de violência doméstica têm que agir, por isso é um crime público. Tem que agir, têm que denunciar, têm que defender, e têm que ir proteger, têm a obrigação a não apenas moral, de ir proteger a vítima. Claro que isto é mais grave quando estamos em instâncias superiores, mas de qualquer maneira, em todos os casos, qualquer caso de violência doméstica já é um caso a mais. Felizmente muito já está a ser feito, eu penso que estas denúncias, este falar em permanência, é importante, mas em nenhum caso mais, podemos deixar passar no silêncio, no esquecimento, qualquer vítima de violência doméstica. A maioria são mulheres, mas há também no caso dos idosos e também há casos de homens.

Portanto, para todas as vítimas e em particular de facto, para as mulheres que são as maiores vítimas, aqui também toda a nossa solidariedade.”

6.1.4.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O Bloco de Esquerda, para além do Voto de Pesar que trouxe aqui em relação às mulheres vítimas de violência doméstica, queria associar-se aos Votos de Pesar apresentados pela CDU, e endereçamos os nossos sentidos pêsames às famílias e ao Partido Comunista Português.”

6.1.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo sido todos aprovados por unanimidade.

6.1.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN), para apresentar a recomendação “sensibilização da população contra o acorrentamento de animais”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Considerando que:

- a) O acorrentamento permanente de animais é um fenómeno observável em todo país, não sendo o município de Almada exceção. Existem centenas de animais acorrentados no concelho, problema que tem merecido cada vez maior atenção de cidadãos e associações;



- b) O acorrentamento permanente de animais provoca, comprovadamente, diversos problemas físicos e comportamentais, causando lesões e infligindo dor e sofrimento, comprometendo assim o seu bem-estar, como se pode ler no parecer emitido pela OMV (Ordem dos Médicos Veterinários):

“A presença de correntes poderá criar lesões que poderão ir de contusões a abrasões e que, ao controlarem os animais por uma coleira ao pescoço, local onde passam importantes vasos sanguíneos, faringe, laringe, traqueia, esófago, tiroide, são responsáveis por lesionar todas estas estruturas.”

- c) Condenados a um acorrentamento perpétuo, estes animais não vivem, limitam-se a existir. Expostos ao sol, à chuva, ao calor e ao frio, comem, dormem e defecam num espaço exíguo, de onde nunca saem. Sobrevivem sem respeito, sem exercício, sem atenção, sem interação social e muitas vezes sem os cuidados alimentares, higiénicos e veterinários mais básicos;
- d) Sendo animais naturalmente sociais, que prosperam na interação com os seres humanos e outros animais, a privação de companhia e de exercício tem consequências físicas e psicológicas. Este confinamento e solidão permanentes provoca danos comportamentais e psicológicos. Muitos animais tornam-se ansiosos, neuróticos, deprimidos, medrosos ou agressivos;
- e) Manter cães acorrentados é perigoso para os animais e para a comunidade. São frequentes os relatos de animais que morrem enforcados nas suas próprias correntes bem como os estudos que mostram que os cães acorrentados têm maior probabilidade de se tornarem agressivos;
- f) O Decreto-Lei n.º 276/2001 de 17 de outubro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 315 de 17 de dezembro) nos seus artigos 7.º, 8.º e 9.º estabelece que:

Artigo 7.º

1. As condições de detenção e de alojamento (...) devem salvaguardar os seus parâmetros de bem-estar animal (...);
2. Nenhum animal deve ser detido como animal de companhia se não estiverem asseguradas as condições referidas.

(...)

Artigo 8.º

3. Os animais devem dispor do espaço adequado às suas necessidades fisiológicas e etológicas, devendo o mesmo permitir:
 - a) A prática de exercício físico adequado;
 - b) A fuga e refúgio de animais sujeitos a agressão por parte de outros.

(...)

Artigo 9.º

1. A temperatura, a ventilação e a luminosidade e obscuridade das instalações devem ser as adequadas à manutenção do conforto e bem-estar das espécies que albergam.

(...)

6. As instalações devem dispor de abrigos para que os animais se protejam de condições climáticas adversas.

(...)

O acorrentamento permanente de animais, impossibilita a prática de exercício físico adequado e inviabiliza a procura de refúgio em caso de perigo ou intempérie, comprometendo o seu bem-estar e, conseqüentemente, violando uma ou mais das disposições dos artigos acima mencionados;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- g) A desinformação dos tutores sobre os riscos e consequências físicas e psicológicas do acorrentamento de animais, constitui um dos principais motivos que fomentam esta prática, conjuntamente com as dificuldades económicas para a criação de um espaço livre de correntes e ainda aspetos decorrentes de hábitos ou costumes, passados de geração em geração.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. Desenvolver uma campanha de sensibilização da comunidade sobre os problemas físicos e emocionais dos animais permanentemente acorrentados;
2. Desencorajar o acorrentamento de animais salvaguardando que, em caso de necessidade e não havendo alternativa praticável, este deve ser temporário, limitado ao período mais curto possível e estritamente necessário;
3. Incentivar a construção de vedações com uma área ampla em caso de necessidade de confinamento temporário dos animais;
4. Estabelecer parcerias com associações locais e nacionais que já realizam trabalho nesta área, permitindo um maior alcance destas intervenções.”

6.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) para apresentar a recomendação “declaração do estado de urgência climática”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

I. Em dezembro de 2018 decorreu em Katowice, na Polónia, a Cimeira do Clima das Nações Unidas, a COP 24. Nas semanas anteriores foram lançados relatórios científicos sobre os esforços para a redução da Emissão de Gases com Efeitos de Estufa. Tanto o relatório das Nações Unidas como o relatório do Orçamento do Carbono eram unânimes: as emissões globais de CO₂ estão a atingir os níveis mais altos de que há registo.

Entre 2014 e 2016 as emissões mantiveram-se sem alterações, mas em 2017 voltaram a aumentar 1,6% e em 2018 prevê-se que subam 2,7%.

Os autores deste segundo relatório do Projeto Carbono Global - e divulgado pelas revistas Nature, Earth System Science Data e Environmental Research Letters, dizem que esta tendência ainda pode ser alterada até 2020, se forem tomadas medidas mais ambiciosas no que diz respeito à indústria, aos transportes e emissões resultantes das práticas agrícolas.

II. Os dados mais recentes – março 2019 - do painel para os recursos do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) comprovam que a extração de recursos aumentou 3.4 vezes nos últimos anos e que em conjunto com a produção de matérias-primas é responsável por 50% das emissões de gases com efeitos de estufa e 90% da perda de biodiversidade, assim como origem do stress hídrico.

Este mesmo estudo demonstra não só o impacto ambiental e de caos climático da nossa ação, como também a injustiça que lhe que lhe subjaz: mais de 90% da população mundial respira ar poluído e a Organização Mundial de saúde, refere que as doenças associadas à poluição atmosférica matam mais de 600 mil crianças por ano, Para além disto, a escassez de alimentos afeta cerca de 821 milhões de pessoas no planeta, á medida que a cada ano são desperdiçados 1.3 milhões de toneladas de comida própria para consumo

III. Na apresentação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 pode ler-se: “Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa, por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera (ex., pela floresta) seja nulo em 2050.

A este objetivo deu-se o nome de “neutralidade carbónica”. Isto define que até 2050 se pretende que a quantidade de emissões de gases de efeito de estufa produzidos em Portugal, sejam idênticas à quantidade de carbono retirado pela floresta no nosso País IV. Em 2017 assistimos a um novo aumento do valor das emissões. Nesse mesmo ano, ventos como a seca intensa ocorrida, os dois incêndios que devastaram mais de 500 mil



12

hectares de floresta e o recurso acrescido à produção de energia através da queima de carvão nas centrais de Sines e Pego, elevaram as emissões de CO₂.

Segundo a Zero, “entre 2006 e 2016 a média anual de retenção de dióxido de carbono pelo solo e florestas em Portugal foi 10 milhões de toneladas.

Em 2017 passou-se de um valor negativo (sumidouro) para um valor positivo de 7,2 milhões de toneladas [emissor].”

V. Em 2017 bateram-se, assim, vários recordes: a) maiores emissões e variação no setor do uso do solo e floresta desde que há registos; b) 3o ano com maiores emissões de Gases com Efeitos de Estufa desde 1990; c) pior ano da presente década em termos de emissões relativas à produção de eletricidade, em que as emissões da produção elétrica a partir de carvão representaram 63% do total das emissões, associadas á produção de eletricidade.

VI. Recentemente, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) emitiu um parecer sobre o Plano Integrado Energia e Clima (PNEC) do governo Português, plano este decorrente de decisão da União Europeia que visa garantir a transição energética e o cumprimento dos objetivos de redução das emissões de gases com estufa (GEE).

Neste parecer o CNADS considera “de importância decisiva, o estabelecimento de uma estratégia, com objetivos quantificáveis e com calendário de execução, abrangendo o período do Plano, e que dê corpo à adoção necessária de um novo paradigma no que respeita ao modo de vida em sociedade.”, acrescentando que “Trata-se de uma alteração de padrões de vida, de culturas sociais, de modelos de organização social, mas cujo impacto financeiro será igualmente significativo”.

Neste parecer pode ler-se que “Em termos de abordagem geral, o PNEC parece ignorar uma questão fundamental, já identificada pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) e por muitos outros observadores:

as estratégias de descarbonização não assentes na suficiência e na eficiência do uso dos recursos correm o risco de gerar conflitos graves, de consequências ambientais e sociais nefastas (IPCC, 2018). O PNEC parece acreditar que é possível continuarmos a explorar recursos naturais ao ritmo do que acontece presentemente, sem alterações substanciais no nosso estilo de vida e com pressupostos de crescimento sem limites da economia e da procura e energia e de outros serviços.

É afinal o atual modelo de sociedade que terá de ser escrutinado.

VII. Podemos assim concluir, que a estratégia e plano de ação terão de ser muito mais exigentes, para fazer face à emergência climática que já se faz sentir nos diversos fenómenos de que temos sido vítimas nos últimos anos no país e no mundo. Os fenómenos extremos estão a agudizar-se e tenderão a aumentar.

São necessárias medidas mais rápidas e drásticas. Não temos muito mais tempo. Não há planeta B.

VIII. A Assembleia Municipal de Almada reconhece ser imperioso travar as políticas que destroem o planeta, as espécies, e que conseqüentemente nos colocam a todos em perigo

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de junho de 2019, delibera:

1. Instar a Assembleia da República para que:

a. se pronuncie pela Declaração do estado de Urgência Climática;

b. assuma o compromisso com a máxima proteção de pessoas, economias, espécies e ecossistemas, e com a restauração de condições de segurança e justiça climáticas;

c. adapte rapidamente a economia portuguesa com vista à sua neutralidade carbónica até 2030. Desde logo, antecipando o fecho das centrais electroprodutoras a carvão no máximo até 2023 e impulsionando a transição energética;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

d. articule com os restantes órgãos de soberania para que reconheçam igualmente a urgência climática, assumindo orientações de política em coerência.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE), para apresentar o documento “saudação ao dia mundial dos Refugiados”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Celebrou-se no passado dia 20 de junho o Dia Mundial dos Refugiados.

É particularmente importante assinalar esta data no ano em que vivemos, dado que, de acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, nunca houve tantos refugiados como hoje.

Em 2018, ano do último registro disponível, os números ultrapassaram os 70 milhões, ou seja, uma pessoa em cada 108 do total da população mundial.

É o maior recorde dos últimos 20 anos, ultrapassando até o limite traçado aquando da II Guerra Mundial. Isto significa que, a cada dia perto de 37 mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas, De registar ainda que as crianças são uma parte significativa do total destas pessoas muitas das quais se encontram sozinhas em trânsito, ou nos campos de refugiados e de deslocados internos.

Ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento do número de refugiados, verificamos infelizmente, uma diminuição de solidariedade para com estas pessoas, nomeadamente em Países que são confrontados com grandes números de refugiados.

Felizmente, Portugal tem-se destacado de forma positiva na disponibilidade para o acolhimento de refugiados, ainda que abaixo das expectativas e metas inicialmente definidas.

No âmbito do programa de recolocação, entre 2015 e 2018, o país acolheu 1548 pessoas, menos de metade dos 4574 acordados. Acresce que devido a constrangimentos burocráticos e logísticos o processo de integração é difícil e complexo. Quem foge da guerra, da perseguição ou crises ambientais, não deve ter a sua vida bloqueada por processos kafkianos.

Acolher é importante, mas além disso é necessário integrar as pessoas que nos chegam.

Os refugiados em Portugal são confrontados com duros processos burocráticos que atrasam o desejo de reagrupamento familiar, a validação de competências e o acesso pleno aos direitos básicos. Além disso, a falta de uma oferta consistente de cursos de língua portuguesa agrava aquela que é à partida uma condição de vulnerabilidade.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de junho de 2019, delibera:

1. Saudar o Dia Mundial dos Refugiados, saudando todos e todas aquelas que até ao momento chegaram a Portugal nesta situação;
2. Garantir que toda a articulação necessária e possível é feita com o município e Estado Central para que sejam assegurados todos os direitos humanos dos refugiados pós período de acolhimento de 18 meses;
3. Instar o Estado Central para que sejam cumpridas todas as suas obrigações, tanto financeiras como logísticas no processo de integração;
4. Remeter o presente documento ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os partidos representados na Assembleia da República e ao Senhor Presidente da república.”

6.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU), para apresentar a saudação “publicação do livro sobre os 50 anos das Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:



“O que é o homem culto? É aquele que: 1. Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence; 2. Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano; 3. Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida”.

A interrogação e as três respostas são fruto da reflexão do pensador e matemático Bento de Jesus Caraça, foram proferidas na Conferência realizada na União Cultural “Mocidade Livre” em 25 de Maio de 1933, estão publicadas na obra “A Cultura Integral do Indivíduo – Problema central do nosso tempo”, e abrem a publicação comemorativa dos 50 anos ao serviço do ensino popular e da democracia das Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, publicado apresentado ao público já no curso do mês de Junho de 2019.

As Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade celebraram, em 2013, cinquenta anos do início da sua atividade.

Procurando interpretar e dar expressão concreta à interrogação e às respostas invocadas pelo pensamento de Bento de Jesus Caraça, as Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, prosseguindo a experiência educativa das escolas do ensino pré-primário que já funcionavam na coletividade, prepararam e apoiaram na sua procura de saber e conhecimento, milhares de alunos adultos que não tinham tido oportunidade para continuar a estudar para além do ensino básico, a antiga 4ª classe, que hoje corresponde ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico.

Dezenas de professores responderam, também ao longo de todo o período de atividade das Escolas do Desportivo, ao apelo lançado no sentido de proporcionar ao maior número possível de mulheres e homens trabalhadores e do povo, a oportunidade de acederem ao saber e ao conhecimento que as circunstâncias de uma vida profundamente marcada pela pobreza, pela miséria e pelo obscurantismo imposto pelo regime fascista, lhes negava.

Mas as Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade não foram apenas lugar de atividade escolar. Foram, muito para além disso, espaço para o desenvolvimento de atividade cultural intensa, que visava a “formação de cidadãos de plenos direitos, conscientes do seu lugar na sociedade”, e foram igualmente lugar de convívio, com a organização de almoços, bailes, excursões e passeios que consolidaram laços de amizade que em muitas situações, perduram ainda no nosso tempo.

O combate e a resistência à ditadura fascista que a atividade das Escolas do Desportivo representava, conduziu à perseguição de alunos e professores que nela participavam, visando objetivamente o seu encerramento. Em 1967, foram presos pela polícia política PIDE alguns alunos e um professor, e outros foram forçados a exilar-se para evitar o mesmo destino.

Mas as Escolas, os seus alunos e os seus professores, resistiram uma vez mais. Os laços de amizade e solidariedade criados, e a nobreza dos objetivos a que se propunham, foram mais fortes e capazes de derrotar a repressão que se abatia sobre os seus mentores e utentes.

As Escolas projetam-se também como importantíssimo espaço e meio de formação cívica e política e assim obreiros da Revolução de Abril de 1974 e suas Conquistas Democráticas.

As Escolas do Desportivo, ontem como hoje são parte integrante e prestigiante do Clube Desportivo da Cova da Piedade, que dedicado desde sempre ao futebol e a outras modalidades desportivas, nunca deixou de apoiar um projeto educativo e cultural de transmissão e afirmação de valores humanistas e de justiça e progresso social.

A publicação que aqui assinalamos e que saudamos, editada com o apoio da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó, traduz nas dezenas de depoimentos que recolhe e publica a história e a vivência desta grande obra de ensino e de cultura que foram e são as Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, que apenas interromperam a sua missão quando, fruto da Revolução de 25 de Abril de 1974, se abriram aos portugueses e aos almadenses, ao povo e aos trabalhadores, as portas de novas e mais adequadas respostas à necessidade da sua formação académica, cultural e cívica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Então, as Escolas do Desportivo, tendo plenamente cumprido os objetivos e a missão a que se propôs, cederam o seu lugar e a sua função a um sistema de ensino acessível a todos em igualdade de circunstâncias, conforme a Constituição da República Portuguesa consagra.

O livro em apreço é também a prova provada, o testemunho perene, de que o Movimento Associativo Popular foi e é expoente da criação, realização viva e independente dos almadenses e instrumento de consciencialização e resposta a problemas e anseios dos cidadãos e de construção de uma comunidade e sociedade mais democrática, mais participativa, mais justa, fraterna e solidária.

As Escolas do Desportivo continuam hoje a afirmarem-se como um polo cultural e de debate democrático, respondendo a necessidades atuais e certamente assegurando um futuro ao serviço dos piedenses, da cidade e das suas gentes.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2019, delibera:

1. Saudar vivamente as Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, relevando o importantíssimo papel que desempenharam, a partir de 1963, na educação e formação de muitos milhares de almadenses, a quem o Estado negava a oportunidade de acesso a um nível de escolaridade além do ensino básico.
2. Saudar de forma igualmente viva os autores e editores da publicação “Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade – 50 anos ao serviço do ensino popular e da democracia”, que reúne um vasto conjunto de depoimentos de alunos, professores e outras personalidades que acompanharam a sua atividade, incluindo um importante repositório de informação histórica que enriquece o conhecimento e saber sobre um período de resistência e luta contra a ditadura fascista, que assume grande importância e significado na vida da Freguesia da Cova da Piedade, do Concelho de Almada e também de Portugal, e que representa um inestimável contributo para a luta mais geral do Povo Português que culminaria com a derrota do fascismo em 25 de Abril de 1974.
3. Proclamar que as Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, o seu Clube e o Movimento Associativo Popular merecem apreço e apoio, a exaltação do nosso reconhecimento, o preito de gratidão e o aplauso comunitário e das suas instituições.”

6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Egas (CDU), para apresentar a moção/deliberação “saudação à judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Europeus Minsk 2019”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

No dia 22 de junho, a judoca Telma Monteiro conquistou a medalha de bronze nos Jogos Europeus Minsk 2019 na categoria de -57kg, batendo a holandesa Sanne Verhagen por waza-ari no derradeiro combate.

A judoca do Sport Lisboa e Benfica, com percurso na modalidade iniciado no Clube Construções Norte-Sul, sediado na freguesia de Feijó, após mais esta conquista afirmou: “É a minha 13ª medalha consecutiva em Europeus. As pessoas veem bronze, mas eu vejo ouro. Não sei quantas pessoas são capazes de fazer isto, e, ao mesmo tempo, tornei-me a segunda judoca mais medalhada a nível mundial”.

Aos 33 anos, a judoca almadense para além destas 13 medalhas a nível continental – cinco de ouro, uma de prata e sete de bronze –, possui no seu palmarés uma medalha de bronze olímpica, conquistada nos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro em 2016, e mais cinco em Campeonatos do Mundo, quatro de prata e uma de bronze.

Em diversas sessões da Assembleia Municipal de Almada, saudamos os seus feitos desportivos e desejámos sempre que a sua carreira atingisse os mais altos objetivos por si ambicionados, fruto do seu árduo treino, mesmo perante momentos de recuperação de lesões com as quais se tem deparado ao longo do seu percurso desportivo.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27 e 28 de junho de 2019, delibera:



1. Saudar a judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Europeus Minsk 2019, momento que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses e dos almadenses em particular.
2. Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportiva da judoca almadense Telma Monteiro, que muito tem prestigiado o Município onde é considerada referência para as novas gerações pelo que representa para o Desporto nacional e internacional.”

6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU), para apresentar a moção/deliberação “dois anos passados sobre os brutais incêndios em Pedrógão Grande”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Cumpriram-se recentemente – 17 de junho – dois anos sobre os brutais incêndios que atingiram milhares de hectares de floresta em Pedrógão Grande e em seis outros concelhos da região centro do País.

Uma tragédia alargada, em 15 de outubro, a outras vastas áreas também do centro de Portugal.

Ambas as tragédias provocaram a morte e ferimentos graves a centenas de pessoas, destruíram matos e floresta, culturas e produções agrícolas e pecuárias, empresas e equipamentos públicos, afetando centenas de habitações e provocando fortes impactos na biodiversidade.

Das tragédias resultaram impactos de extraordinária gravidade e de grande dimensão humana, económica e ambiental para as zonas diretamente afetadas pela catástrofe, mas também importantes e significativos impactos com consequências económicas e sociais profundamente negativas todo o território nacional, e que por isso a todos nós dizem respeito.

As razões que explicam a catástrofe centram-se, como é amplamente reconhecido, numa política nacional que vem promovendo, ao longo das décadas, a ausência de ordenamento do território, com faixas contínuas de eucalipto e pinheiro; na falta de limpeza das matas; o abandono do mundo rural; atrasos em investimentos públicos indispensáveis; a ausência de prevenção; a ausência de fiscalização; e grandes dificuldades e insuficiências ao nível dos meios de combate a incêndios.

Razões que decorrem diretamente das opções das políticas adotadas ao longo de várias dezenas de anos pelos sucessivos governos, políticas que levaram à ruína da agricultura familiar e ao êxodo rural, consequência direta da subserviência à Política Agrícola Comum imposta pela União Europeia, que foi particularmente agravada no anterior Governo PSD/CDS-PP que retirou à floresta mais de 150 milhões de euros de fundos comunitários, e atacou os pequenos e médios agricultores de forma brutal.

Identificadas as razões e as causas, e dois anos passados sobre a tragédia, importa também avaliar o que, entretanto, foi feito e o que falta fazer, quer em relação ao ressarcimento das vítimas, quer em relação à prevenção de incêndios e da política florestal para prevenir que no futuro situações semelhantes possam ocorrer.

Apesar das medidas adotadas muito há por fazer ainda, nomeadamente no que respeita à reflorestação das áreas afetadas pelos incêndios onde estão a eclodir espontaneamente novos eucaliptais, como o próprio Primeiro-Ministro reconheceu em recente debate na Assembleia da República.

Por isso não podemos aceitar o desenvolvimento de uma campanha que visa culpabilizar a população, em particular os pequenos proprietários rurais, uma campanha que se expressa concretamente na perseguição dos pequenos proprietários pela não limpeza de terrenos, que objetivamente não têm condições financeiras para realizar, sem que exista a aplicação no terreno de medidas que permitam resolver o problema central da floresta portuguesa, e o pagamento justo da madeira na produção.

Esta tese de que “o Estado falhou”, procura escamotear as responsabilidades das políticas e dos seus executores na situação de abandono a que o mundo rural chegou, provocando o despovoamento do interior.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada propõe que esta Assembleia, reunida em Sessão Ordinária em 27 e 28 de junho de 2019, delibere:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1. Reiterar a expressão de profunda solidariedade e amizade a todos os cidadãos, famílias, empresas e empresários e autarquias locais diretamente afetadas pelos trágicos incêndios florestais registados em junho e outubro de 2017 na região centro do País.
2. Reclamar do Governo da República que intensifique a intervenção que assegure a recuperação efetiva de todo o potencial produtivo duramente afetado pelos trágicos incêndios.
3. Sublinhar que sem uma valorização do mundo rural, do rendimento dos produtores florestais, das pequenas e médias explorações florestais e da floresta de uso múltiplo, sem uma atenção séria à pequena e média produção florestal, não será possível defender a floresta portuguesa.
4. Sublinhar a necessidade e reclamar as consequentes medidas efetivas, que alterem a política prosseguida até hoje neste domínio fundamental para o desenvolvimento social e económico de Portugal, de modo a prevenir que grandes incêndios florestais possam voltar a acontecer na região afetada ou em qualquer outro ponto do País.”

6.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU), para apresentar a moção/deliberação “pela reabertura da Unidade de Saúde na Trafaria”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Em finais de 2013, o governo do PSD/CDS-PP decidiu iniciar um processo gradual de esvaziamento e encerramento do Centro de Saúde da Trafaria, acabando primeiro com as consultas para adultos por alegada falta de médicos, e encerrando depois totalmente a atividade naquela unidade de cuidados de saúde primária, alegando então a necessidade de realização de obras relacionadas com a instalação elétrica e com uma inundação que teria ocorrido nas instalações.

Em abril de 2014, e em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, o governo assumia que “a UCSP da Trafaria sofreu inundações que danificaram o quadro elétrico da unidade, tendo levado ao encerramento temporário da mesma”.

Acrescentando a mesma resposta do governo que “a Direção do ACES já procedeu ao levantamento da situação e encontra-se conjuntamente com a ARSLVT a resolver a situação, que se espera esteja ultrapassada brevemente”.

Milhares de cidadãos subscreveram, entretanto em 2016, um abaixo-assinado exigindo a reabertura de uma unidade de cuidados primários de saúde na Vila da Trafaria, no quadro das alterações políticas ocorridas no País em outubro de 2015 e a mudança de governo, visando a discussão do assunto pela Assembleia da República de modo a permitir a resolução definitiva do problema por parte do governo.

Passados mais de cinco anos sobre o encerramento do Centro de Saúde da Trafaria, e após todas as insistências populares e de diferentes forças partidárias, designadamente as várias posições propostas pela CDU e aprovadas nesta Assembleia ao longo dos anos, a verdade é que a situação criada em 2013 pelo governo do PSD/CDS-PP se mantém inalterada, e a população da Trafaria, maioritariamente idosos, continua a ser obrigada a recorrer a uma unidade de saúde na Costa da Caparica que se encontra hoje sobrelotada, a que acrescem as dificuldades de mobilidade pelas deficientes condições oferecidas pelos transportes públicos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 e 28 de junho de 2019, delibera:

1. Reiterar a absoluta necessidade de funcionamento pleno de uma unidade de cuidados de saúde primários na Vila da Trafaria, que responda de forma eficaz às necessidades dos seus residentes.
2. Solicitar à Câmara Municipal de Almada que interceda junto do Governo da República no sentido da adoção de medidas urgentes que permitam a reabertura do Centro de Saúde da Trafaria, repondo uma situação de justiça e de direito junto de todos os Trafarienses.”

6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “instalação de vídeo-proteção no Concelho de Almada”;



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

A Liberdade é dos bens mais preciosos se não mesmo o mais precioso que as sociedades podem alcançar na medida em que dispõe perante os cidadãos a vontade pessoal de tomar as suas decisões sem condicionalismos que comprometam ou restrinja essa mesma vontade, isto dentro de um quadro legal de valores e princípios intrinsecamente aceites pela comunidade.

A liberdade de circulação, de reunião, de associação, de tomar a palavra, entre as demais formas de expressão de liberdade, deve ser salvaguardada pelas sociedades modernas e democráticas a fim de cumprir com os valores pré-estabelecidos pelas mesmas.

Todavia, essa liberdade só pode ser manifestamente garantida com a existência e com o cumprimento de um quadro legal elaborado com um conjunto de regras e normas que regem a vida em comunidade, onde estejam explanados os direitos e as obrigações que cada um tem na sociedade com o objetivo da definição do papel e do lugar que cada cidadão ocupa, tendo por aceite esse conjunto de regras que defendem e acautelam as liberdades e garantias que protegem a organização do bem-comum e a sã convivência social.

Uma dessas garantias que o Estado e a sociedade devem salvaguardar e preservar aos cidadãos é a segurança e a proteção, pois sem segurança e sem a proteção dos cidadãos, os mesmos não serão verdadeiramente livres tornando-se escravos e dependentes do medo e da ansiedade.

Os direitos de cada cidadão não podem ser castrados ou diminuídos pela criminalidade existente ou mesmo pelo sentimento de insegurança, de medo, de perturbação e inquietação, decorrentes da falta de proteção e de garantia da segurança dos seus bens e da sua integridade física, devendo o Estado e as demais entidades responsáveis garantir essa proteção e segurança através dos diversos meios e mecanismos disponíveis que se enquadrem no quadro legal quer das normas estabelecidas quer nos princípios e valores dessa sociedade.

Neste contexto, muitas das vezes, o próprio sentimento de insegurança é, por si só, causador e responsável pela falta de liberdade que condiciona os cidadãos nas suas cidades, nos seus bairros e nas suas ruas, tendo em conta a realidade envolvente.

A exposição ao risco de pessoas e bens decorrente de cidades desordenadas, mal desenhadas e planeadas, propícias à centralização de focos de criminalidade, as ruas sujas e com falta de manutenção ou mesmo ao abandono, potenciam um considerável incremento de um clima e comportamentos intimidatórios que condicionam a vida nas cidades.

O medo proveniente do sentimento de insegurança jamais deverá atingir a desconfiança dos cidadãos entre si ou dos cidadãos nas instituições sob pena de colocar em causa a sua liberdade.

Um dos instrumentos e mecanismos que a sociedade moderna aproveitando as novas tecnologias coloca ao serviço da proteção e segurança dos cidadãos é o uso de aparelhos denominados CCTV (*do inglesismo: Closed-circuit television*) – Circuito Fechado de TV - operado pelas forças policiais, mais conhecido como videovigilância, tendo a finalidade em primeiro lugar dissuadir a prática da criminalidade servindo ao mesmo tempo para registo de prova em caso dos atos criminosos contra as pessoas, animais, património e natureza.

O uso deste mecanismo já devidamente legislado através da Lei n.º 9/2012 da Assembleia da República que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças de segurança e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, tem vindo ao longo do tempo de implementação em diversos locais públicos ou privados, segundo as diversas entidades, a originar um retrocesso considerável no que respeita à criminalidade contra as pessoas ou contra o património público ou privado.

Desta feita, é hoje em dia usual, constatar-se a utilização de sistemas de CCTV (Vídeo-proteção) em locais e instalações como Super e Hipermercados, estabelecimentos bancários, restauração, edifícios públicos, recintos desportivos ou de lazer, nas praias, nas escolas e universidades e mais recentemente os próprios municípios em convergência com as forças policiais, fazem uso da vídeo-proteção numa tolerante e normal aceitação por parte dos cidadãos que olham para a medida como um benefício no combate à criminalidade e na proteção de pessoas e bens.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Apesar disso, a utilização do sistema de CCTV nestes locais numa lógica complementar, em nada invalida nem dispensa, bem antes pelo contrário, a necessidade do reforço medidas de combate à criminalidade como o reforço de meios humanos e materiais nas forças de segurança, de iluminação pública, da construção e requalificação do espaço público adequado à tranquila vivência em comunidade em segurança e em harmonia, a criação de nova ou adaptada legislação de combate ao crime tal como de políticas de intervenção social e de reintegração e reinserção que minimizem as desigualdades e os impactos negativos na sociedade, devem estar nas prioridades do poder local e do poder central.

Assim, a eficiência e eficácia registada através da utilização de câmaras de vídeo-proteção tem vindo a ganhar cada vez mais avanço entre as demais entidades públicas e privadas, que olham para a medida como um complemento aos já existentes meios de proteção, com resultados muito positivos registados pelas forças policiais.

No que diz respeito a estas últimas, é consensual a necessidade da implementação de mais vídeo-proteção para ajudar na prevenção da criminalidade e para ajudar na obtenção de provas decorrente de crimes já praticados.

O balanço efetuado pelas forças policiais, é assim bastante considerável, trazendo resultados muito profícuos no combate ao crime tornando-se um fator imprescindível no aumento da tranquilidade junto dos cidadãos, nomeadamente os mais vulneráveis como os idosos nomeadamente os mais isolados, os pequenos proprietários do comércio tradicional que veem diminuídos os furtos e os roubos praticados nos seus estabelecimentos, como trás consigo mais paz e serenidade ao espaço público devolvendo a confiança às pessoas.

No que respeita à proteção e defesa do património público, nomeadamente o património histórico, à defesa da própria natureza como os parques urbanos e os parques infantis, também na proteção das crianças, nos jardins públicos e demais espaços verdes, tal como no auxílio da defesa e proteção dos animais nomeadamente os maus tratos e abandono na via pública, a utilização da vídeo-proteção acarreta benefícios bastante consideráveis, levando a que cada vez mais municípios recorram a este método de proteção.

Deste modo, deve a Câmara Municipal depois de verificadas as necessidades relativas às questões de proteção de pessoas e bens na tentativa da diminuição considerável da criminalidade e/ou na sua dissuasão, reunir, discutir e solicitar conforme a lei, junto das forças policiais, a implementação em locais devidamente a considerar, de câmaras de vídeo-proteção, proporcionando mais segurança e mais liberdade junto dos almadenses à semelhança como já fizeram concelhos como por exemplo Amadora, Mafra, Leiria, Setúbal, Tomar, Portimão, Lisboa, Fátima, Coimbra ou Porto, seguido do parecer (não vinculativo) da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados), sendo que só terão acesso às imagens captadas em tempo real as respetivas forças de segurança, salvaguardando os direitos dos cidadãos perante terceiros que não estejam devidamente autorizados e legitimados.

Com o intuito legitimado por lei, com a garantia do profissionalismo das forças policiais, com o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, pese embora o mesmo não sendo vinculativo apresenta o seu contributo, a proteção de pessoas, entre elas os idosos mais vulneráveis, as vítimas dos mais diversos crimes, a proteção aos bens pessoais e proteção do património histórico e cultural, a proteção dos animais e da natureza, o combate à delinquência e ao vandalismo, o acompanhamento do trânsito e toda a proteção do espaço público onde se venha a considerar que a vídeo-proteção faça sentido a sua aplicação nos locais identificados no concelho de Almada, é uma garantia não só da sua segurança, mas também, a garantia da sua liberdade e direitos adquiridos.

Uma cidade e um concelho que se quer apelativo e competitivo para ganhar mais-valias e atrair mais visitantes e mais turistas, mais negócios e mais investimento, tem de se tornar um concelho seguro onde o sentimento de insegurança não afaste a qualquer hora do dia as pessoas do espaço público, complementando com a limpeza e toda a harmonia desse espaço desenhado e voltado para a vivência do cidadão na comunidade.

Posto isto, tendo em consideração os benéficos resultados obtidos noutras cidades e noutros concelhos do país com a instalação de vídeo-proteção na via pública, os cidadãos passaram a usufruir do espaço público com mais liberdade e com mais segurança devido ao afastamento e à diminuição considerável de focos de criminalidade



(dados das forças de segurança) e do sentimento de insegurança que criava e potenciava medo e receio nas pessoas, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 28 de Maio na localidade de Almada, vem por este meio, Recomendar à Câmara Municipal de Almada que dê início ao levantamento em conjunto com as forças policiais inseridas no concelho, dos locais e focos de criminalidade devidamente identificados, tal como nos restantes locais onde se considere uma mais-valia o investimento na instalação de câmaras de vídeo-proteção para uma maior segurança de pessoas e bens, animais e património histórico-cultural e natural, acautelando e devolvendo a esses locais uma maior tranquilidade e mais liberdade às populações, na certeza porém, que esta medida não diminui, antes pelo contrário, a necessidade de políticas complementares municipais e centrais que resolvam os problemas da criminalidade tais como o reforço de meios humanos e materiais para as forças de segurança ou medidas que promovam a reinserção social e a diminuição dos nichos de pobreza.”

6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “saudação à Escola profissional de Almada vencedora da 6ª Edição do CANSAT Portugal 2019”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Mais uma vez, a Escola Profissional de Almada - EPA, os seus alunos e professores estão de parabéns por mais uma merecida distinção em resultado de todo o esforço e entrega que os mesmos dão diariamente nos seus estudos dignificando desta forma, não só a escola, ao mesmo tempo valorizam a importância do trabalho técnico-profissional que estes cursos e este tipo de aprendizagem propicia aos jovens alunos e que tanta utilidade tem para a comunidade.

Numa época onde os cursos técnicos são vistos por alguns sectores como um ensino de último recurso ou sem grande futuro académico, estabelecimentos de ensino como é o caso da Escola Profissional de Almada – EPA, entre outros, com provas dadas no sucesso escolar, estas distinções e o trabalho realizado em prol das tecnologias ao serviço da comunidade, espelham bem a aposta que deve ser concretizada num ensino mais especializado.

A EPA viu reconhecido esse trabalho final realizado por um conjunto de alunos apoiado pela excelente qualidade de professores da respetiva escola, como a grande vencedora do Cansat Portugal 2019, ao qual se tornou campeã nacional, estando honrosamente a representar o país até ao dia de amanhã, 28 de junho em Bolonha, Itália.

O Cansat Portugal trata-se de um projeto educativo do ESERO Portugal, da organização da Ciência Viva e a Agência Espacial Europeia (ESA), tendo como objetivo impulsionar os alunos do ensino secundário na planificação e construção de um modelo funcional de um microssatélite de pequeno porte, que deverá incorporar um sistema de base com antena, sensores e bateria.

Este projeto visa identificar as capacidades e as aprendizagens tal como a inovação e originalidade dos alunos e escolas envolvidas, o que demonstra significativamente o empenho e os resultados práticos dos alunos e professores da Escola Profissional de Almada que a todos os almadenses deve orgulhar.

Tendo em conta os considerandos atrás descritos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 28 de junho na localidade de Almada, vem por este meio, manifestar:

- 1- Manifestar o mais profundo agrado pela vitória alcançada e pelo excelente resultado obtido pela Escola Profissional de Almada – EPA, na 6ª edição do Cansat Portugal 2019, que culminou com a presença da mesma em Bolonha, Itália, no Cansat Europeu, destacando a equipa vencedora orientada pelo Prof.º Luís Bettencourt, e pelos alunos Pedro Pires, Vasco Gil, Pedro Cunha, Gabriel Pimentel e António Rodrigues
- 2- Reconhecer quer o trabalho realizado por alunos e professores da EPA, quer a importância que a mesma e os cursos técnicos que leciona tem junto da comunidade.”

6.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “saudação ao Hospital Garcia de Orta prémio Farmácia Hospitalar do Ano”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Tem já sido recorrente o número considerável de prémios atribuídos ao Hospital Garcia de Orta em Almada, prémios e distinções essas que demonstram bem a qualidade da prestação do serviço por parte de todos os profissionais do mesmo estabelecimento hospitalar público que serve milhares de utentes.

Só com a dedicação e empenho por parte das várias equipas nas mais diversas valências pode resultar na melhoria dos resultados médicos e de saúde que oferecem aos utentes de Almada e também aos concelhos vizinhos.

É nesse seguimento que, mais uma vez, o serviço de farmácia do Hospital Garcia de Orta, foi distinguido e agraciado com o prémio de Farmácia Hospitalar do Ano, digníssima distinção apoiada pela Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, do Colégio de Especialidade em Farmácia Hospitalar e ainda da Associação Portuguesa de Farmacêuticos – APFH.

O respetivo prémio tem como finalidade distinguir anualmente todos aqueles que se destacam no sector farmacêutico revelando toda a dedicação, empenho e profissionalismo por parte dos profissionais do Hospital Garcia de Orta no respetivo serviço.

Este prémio teve lugar na 25ª edição dos Prémios Almofariz devendo encher de orgulho todos os almadenses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 28 de junho na localidade da Almada, vem por este meio, saudar com orgulho mais um prémio alcançado pelo Hospital Garcia de Orta, neste caso, a distinção de farmácia hospitalar do ano, alargando a saudação a todos os profissionais que trabalham diariamente no serviço de farmácia.”

6.2.11 – O Senhor Deputado Municipal José Gabriel (CDU), para apresentar a moção/deliberação “greve dos trabalhadores da limpeza urbana, recolha e brigada de apoio da Câmara Municipal de Almada”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Os trabalhadores da Limpeza Urbana, Recolha e Brigada de Apoio da Câmara Municipal de Almada realizaram uma greve, nos passados dias 13 e 14 de junho de 2019, contestando a imposição de novos horários de trabalho com que foram confrontados neste período de início do verão.

É do conhecimento público as razões que levaram os trabalhadores a decidir por formas de luta contra as alterações de horários de trabalho que implicam diversas questões relacionadas com a necessária conciliação da vida profissional com a vida familiar, e com a necessidade de salvaguarda das condições de higiene e segurança no trabalho.

É igualmente do conhecimento público que os trabalhadores decidiram, em plenários realizados com elevada participação, não aceitar os novos horários propostos, considerando a sua eventual aplicação um retrocesso na qualidade das suas condições de trabalho e nas suas condições de vida pessoais e familiares.

Face à opção da administração municipal pela imposição unilateral destes novos horários de trabalho, aos trabalhadores não restou alternativa senão a realização de uma greve aliás muito participada, apesar das tentativas de desmobilização, nos dias já referidos.

Ao invés, como aliás sempre foi prática no passado no que respeita ao seu relacionamento com os trabalhadores, o município deveria ter optado por um processo sério de negociação, de modo a evitar as gravosas consequências para a qualidade ambiental e para as populações que a realização da greve nos dois dias referidos inevitavelmente representou.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, em Sessão Ordinária realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2019, delibere:

1. Reiterar a necessidade de promover e incentivar o diálogo entre os sindicatos representativos dos trabalhadores e a administração municipal, expressando a solidariedade com os trabalhadores em luta, e apelando ao executivo municipal que promova todas as ações julgadas necessárias e úteis para o



JK

estabelecimento de um clima de diálogo no quadro e nos termos da contratação coletiva expressa nos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública, celebrados com os Sindicatos e em vigor, em favor do interesse público, do interesse das populações e dos direitos dos trabalhadores.”

6.3 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Luís Albuquerque (PSD), José Gabriel (CDU), Inês Bom (BE), Carlos Guedes (Ind), António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Gonçalves (PS), Artur Alfama (PAN), a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara.

6.3.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Relativamente à moção que a CDU apresentou, independentemente de todos nós privilegiarmos o diálogo, e a parte deliberativa ser um apelo ao diálogo e à negociação, foi, pelo menos em termos de intervenção, dita uma frase que me parece que não tem adesão à realidade e, portanto, eu não gostaria de a deixar passar em claro. Não foram os horários impostos unilateralmente. Isto foi dito e não foram. Só num pequeno historial, para que todos saibamos aquilo de que estamos a falar. Podemos ter opiniões diversas, podemos ter posicionamentos diversos, mas há coisas que são a realidade dos factos e contra factos, eu costumo ouvir dizer que os argumentos se esfumam um pouco. E aquilo que eu queria dizer é, e começando pelo princípio como também é costume. Houve de facto um intenso trabalho entre os serviços e os trabalhadores, para se chegar à resolução de um problema que o serviço público prestado pelo Município tinha. E qual era o problema que o serviço público prestado pelo Município tinha? Era que, havia horários que são os da brigada de apoio e os da varredura, que começam em horário normal durante o ano, às oito da manhã e terminam às quatro da tarde, e, portanto, tudo bem com este horário. Os horários da recolha funcionam entre as dez e meia da noite e as cinco e meia da manhã e depois num turno que começa às sete e acaba às catorze horas. Quando chega o horário de verão, é costume, tem sido essa a prática para trás e o ano passado voltou a acontecer, é-nos solicitada a jornada contínua, quer para a brigada de apoio, quer para a varredura. O que significa que, os trabalhadores passam a trabalhar entre as sete da manhã e a uma da tarde, quais são as consequências disto? São que da uma da tarde às sete da manhã do dia seguinte, nós não temos ninguém ao serviço nestas duas áreas em Vale Figueira Parque. A recolha termina às duas da tarde e começa às dez e meia da noite. O que significa também que não temos desde as duas da tarde às dez e meia da noite, nenhuma hipótese de fazer qualquer serviço nesta área que seja preciso, porque não existe, não estão trabalhadores ao serviço, não há horário contemplado. O que é que acontecia? A maior das confusões, na minha ótica. Era preciso, chamava-se assim, chamava-se assado, vinha agora, hoje, depois vinha amanhã, agora é preciso, amanhã não era. Tivemos há bem pouco tempo um acidente mortal, que ocorreu ao meio dia, e que se tivesse ocorrido na tal confusão que referi, que é, deixa três da manhã faz três à tarde, que não era qualquer horário que existisse formalizado, nós iríamos ter sérios problemas. Podíamos até conseguir alguma coisa depois em termos de resolução ou não. Mas, aquilo que acontece, é que não havia este horário. Qual foi o trabalho longo, o trabalho longo, que os serviços que temos, desde os Chefes de Divisão, com os encarregados e com os trabalhadores, ao Diretor de Departamento, ao Diretor Municipal, vieram fazendo? Há muito tempo, não é há quinze dias, é há uns meses, tentando, como já sabíamos que chegando o verão isto iria acontecer, deixávamos de ter os trabalhadores às quatro da tarde, porque às quatro da tarde iam resolvendo o problema, foi discutido com os trabalhadores, foram discutidas medidas, a criação deste horário que já vou dizer qual é, que é o horário que aparece novo, foi visto se havia até pessoas, uma vez que é um número pequeno de trabalhadores que se poderiam voluntariar, houve até pessoas que disseram que lhes dava mais jeito assim, procuramos esgotar todas as hipóteses de conflito que pudesse vir a existir. E quando entendemos que esta situação estava aplanada, o que fizemos foi: pegamos nos tais horários que criamos e que eu vou dizer quais são, a jornada contínua passaria a funcionar como era costume entre as sete da manhã e a uma da tarde. E depois só funcionaria no outro dia às sete da manhã outra vez. E nós criamos um horário que nos permitisse em momentos de maior pressão e todos sabemos que recebemos oito milhões de turistas durante o verão. Portanto, temos situações de pressão como todos os anos tivemos, e o ano passado tivemos, e então o que é que nós propusemos e o que é que ficou discutido, era uma situação consensualizada com os trabalhadores. É que iríamos criar um horário entre o meio dia e meio e as dezoito e trinta, para a brigada de



apoio e para a varredura, que nos permitia ter, não um turno igual aos outros, mas um turno mais pequeno, e daí não ter sido difícil encontrar trabalhadores que se voluntariaram para ele, que nos permitisse quando acontecesse-se entre o meio dia e meio ou uma da tarde ou fim da tarde, situações de pressão, podemos ter recursos humanos e equipamentos para poder enviar e resolver o problema como aconteceu “n” vezes e a maior parte das vezes não tínhamos como recorrer.

Relativamente à recolha. A recolha tem um turno que começa às sete da manhã e acaba às catorze horas, tem o outro que começa às vinte e duas e trinta e acaba às cinco e meia da manhã, e aquilo que nós fizemos, foi em vez de confusão que existia, criar um turno que seria obviamente um turno com muito menos gente, porque não precisamos de tanta gente que temos nos outros turnos, e que resolveria o problema de uma viatura que avariou e não fez o circuito completo, de um excedente de resíduos que aparece porque é fim de semana, porque é verão e os circuitos da manhã não o conseguem fazer, e os da noite ou fazem aqueles ou fazem outros, e, portanto, era um turno mais pequeno em termos de número de trabalhadores que iria dar resposta a estas situações. Tivemos até trabalhadores que nos disseram: “isso é bom, porque eu até gosto menos de trabalhar à noite” e como os Senhores/as Deputados/as Municipais sabem, todos os trabalhadores da recolha, têm turnos, e o turno significa porque há dois, que eles trabalham um tempo de manhã e um tempo à noite. Claro que foi discutido e isto foi dito, e toda a gente sabe disto, nomeadamente quando foram comunicados os horários às organizações representativas dos trabalhadores, que nós inclusivamente e diferentemente daquilo que outros Municípios fazem, que os trabalhadores rodam pelos três turnos, têm um tempo em que estão de manhã, têm um tempo em que estão à tarde, têm um tempo em que estão à noite. Nós assumimos que os nossos trabalhadores, mesmo sendo poucos neste turno da tarde, nunca fariam três turnos, rodavam entre a manhã e a tarde, entre a tarde e a noite ou entre a manhã e a noite. Permitindo o quê? Ajustar até, às suas próprias, também necessidades, mas às suas preferências. O trabalhador que lhe custa trabalhar à noite e que não gosta, pode vir fazer a escala do turno da manhã e da tarde. O trabalhador que quer estar à noite e de manhã, por acaso, até tem uma coisa que pode fazer à tarde e desenvolver outra atividade que não é proibido de o fazer, continua no turno da manhã e da noite. Portanto, tudo isto foi amplamente discutido com os trabalhadores e tínhamos chegado a uma situação, que para nós era pacífica. Mesmo assim, e cumprindo aquilo que a Lei diz, quando tínhamos os horários contabilizados, enviamos às organizações sindicais, Comissão de Trabalhadores e Sindicatos. Recebemos imediatamente da Comissão de Trabalhadores e bem, um pedido de reunião, marquei em dois dias. Não recebi nenhum pedido de reunião do sindicato que me fez perguntas por escrito, do STAL neste caso concreto. Fez-me perguntas por escrito, eu respondi, voltou a pedir esclarecimentos e eu respondi. E quando respondemos a segunda vez, aquilo com que fomos confrontados, foi com um comunicado do STAL que dizia: “A Câmara Municipal quer impor horários, ou volta tudo ao mesmo ou vamos ter greve”. Portanto, eu gosto muito do diálogo, não há ninguém mais aberto ao diálogo do que eu, penso que toda a gente sabe disto, e que assim tem sido. Agora, efetivamente se alguma falta houve de querer diálogo, não foi da parte da Administração, porque a Administração logo que foi solicitada, fê-lo.”

6.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Sobre as recomendações/moções que hoje aqui foram apresentadas, relativamente à primeira apresentada pelo PAN, sobre “Para a sensibilização da população contra o acorrentamento de animais”, que votaremos a favor, queríamos apenas solicitar ao Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, que nos cedesse alguns dados que tenha, refere centenas de casos no Concelho de Almada, e gostávamos de saber se tem alguns dados que nos possa disponibilizar para documentar essa afirmação e eventuais necessidades de intervenção.

Sobre os projetos apresentados pelo Bloco de Esquerda, votaremos a favor da saudação do Dia Mundial dos Refugiados, mas sobre a recomendação quanto à declaração do estado de urgência climática, esta mesma moção nestes exatos termos, foi apreciada, votada na Assembleia da República no dia sete de junho. E, portanto, atendendo a que a recomendação é que se envie para a Assembleia da República uma matéria que já lá foi discutida e votada, parece-nos que enfim, juridicamente chamar-se-ia, uma inutilidade superveniente, porque de facto, já aconteceu.



Votaremos também a favor da moção da CDU sobre o livro dos 50 Anos das Escolas Noturnas do Clube Desportivo, ainda que não tenhamos tido a oportunidade de ver o dito livro, mas somos favoráveis naturalmente à moção.

Votaremos também a favor da saudação de elogio à judoca Telma Monteiro, de facto, obteve mais uma brilhante vitória que enche todos os portugueses de orgulho, e compreensivelmente ainda mais os portugueses almadenses.

No que se refere à moção da CDU, relacionada com os brutais incêndios de Pedrógão Grande, que há bem poucos dias se assinalaram os dois anos, votaremos a favor da parte deliberativa, mas há naturalmente matérias nos considerandos, nas quais não nos podemos rever e que rejeitamos veementemente. Mas, quanto à parte deliberativa votamos a favor não temos problemas.

Sobre a questão da reabertura do Centro de Saúde da Trafaria, votaremos também a favor, embora gostássemos de realçar que a CDU, apoia o atual Governo, aliás tal como o Bloco de Esquerda desde 2015, estamos em 2019, e de facto, a situação do Centro de Saúde não se alterou e não gostaríamos de deixar de chamar à atenção para esse aspeto.

Votaremos contra a moção da CDU, relativamente à greve dos trabalhadores da limpeza urbana, aliás, tivemos agora os esclarecimentos da Senhora Vereadora sobre a forma como o processo decorreu, e votaremos a favor das moções apresentadas pelo CDS-PP, para avaliação da possibilidade de instalação de vídeo vigilância ou vídeo proteção, e também as saudações à Escola Profissional de Almada e ao Hospital Garcia de Orta.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, registamos as explicações que nos deu, apesar de entendermos que não podem colher. Sobre os três turnos que falou e que existem noutros Municípios, se os trabalhadores já não concordam com o que Vossas Excelências pretendem fazer, imagine-se o que seria se aplicassem essa medida muito mais gravosa e muito mais lesiva para os interesses dos trabalhadores. Dizer que a explicação também não colhe, porque existe um período normal de trabalho, e dentro do período normal de trabalho ele concretiza-se num horário de trabalho, e o período normal de trabalho é sempre o mesmo, o trabalhador trabalha sempre no mesmo período normal de trabalho, que se pode concretizar num horário distinto, e o que os trabalhadores contestam é o horário de trabalho. E diferentemente do que diz a Administração Municipal, que procurou diálogo e procurou consensualizar, não é isso que resulta da opinião dos trabalhadores. E aliás, refletida naquilo que é o número de adesão à greve. E, por conseguinte, não é verdade, factos são factos, e Vossas Excelências não podem afirmar o que afirmam. O que nós dizemos na nossa moção é muito simples, é que deve ser encetado o diálogo. Eu recordava inclusivamente, creio que foi em 2017, houve um aviso prévio para uma greve na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e que foi possível não se realizar essa greve por força do diálogo com os trabalhadores. Era importante que a Administração, que este Executivo, que esta Presidência de Câmara, encetasse o diálogo necessário e que viabilizasse a possibilidade de esta greve não ter existido e de se ir ao encontro daquilo que são as aspirações e os direitos dos trabalhadores.”

6.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Senhor Deputado Municipal, eu vou ser muito breve, até porque o tempo é escasso. Nem nós, nem Vossas Excelências têm mais tempo.

Este assunto já foi debatido em reunião de Câmara e eu convido-o a ver a gravação que fizemos. Foi reconhecido inclusivamente pelos Senhores/as Vereadores/as da CDU, que este horário era aplicado. Mas era aplicado sem estar previsto. Se não me engano o Senhor Deputado é jurista e sabe quais são as consequências de estarmos a pôr trabalhadores a trabalhar em horários que não estão devidamente regulamentados. Portanto a questão é muitíssimo simples. Por outro lado, acho que também ficou claro, que não houve falta de diálogo, muito pelo contrário.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por fim, relativamente quando fala dos trabalhadores, eu gostava de saber de quais os trabalhadores é que fala. Porque eu creio que nenhum de nós tenha a capacidade de representar todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada. E quero-lhe dizer, que assim como lamentei na reunião de Câmara que o sindicato, o STAL na ocorrência, que é de facto o mais representativo e ninguém nega isso, tenha trazido para os piquetes de greve, gente de fora de Almada, para insultar, humilhar, enxovalhar, os trabalhadores de Almada. E, portanto, isso está devidamente relatado, inclusivamente no auto da polícia. Portanto, Senhor Deputado Municipal, queira-me explicar, que trabalhadores é que defende? Os de Almada ou de outros concelhos vizinhos que vieram insultar os nossos trabalhadores?”

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, eu agradeço muito a sua preocupação, mas como deve saber, de facto, o Parlamento discutiu uma recomendação ao Governo para que este decretasse emergência climática, mas o Governo rejeitou declarar essa emergência climática, e por isso no seguimento disso o Bloco de Esquerda deu entrada com um projeto de deliberação na Assembleia da República, para que o próprio Parlamento decretasse autonomamente emergência climática. E por isso, é nesse sentido que nós apresentamos esta moção, para que a Assembleia Municipal de Almada se pronuncie, no sentido da importância da emergência climática pela Assembleia da República e é isso que é importante vincar aqui agora.

Quer também reforçar que iremos votar contra a moção do CDS-PP da vídeo vigilância, porque de facto não se tem verificado nenhum aumento de criminalidade em Almada, e se se verificasse não é através da vídeo vigilância que esses problemas se resolvem, é com muitas outras alternativas.”

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Eu já aqui disse uma vez no início deste mandato, que é lamentável ver os trabalhadores serem usados nestas questões partidárias, nestas questiúnculas e creio que nenhum trabalhador sairá beneficiado com a discussão que foi tida aqui hoje.

Em relação à moção do CDS-PP, sobre a instalação da vídeo proteção no Concelho de Almada. Eu não tenho memória de todos os programas de todos os Partidos, mas tenho memória de ter sido o CDS-PP o único Partido durante a campanha eleitoral, a falar desta matéria. Portanto, posso estar errado em relação ao PSD, mas creio que o PSD falava na polícia municipal, no programa, não tinha uma linha sobre a vídeo proteção, mas dou de barato que esteja enganado. Portanto, acho normal que o CDS-PP tente levantar esta sua bandeira, porque já é costume, mas não é normal quando nós sabemos e temos dados do Conselho Municipal de Segurança, temos outros dados aos quais temos acesso, que nos dizem que o Concelho de Almada não viu aumentar os crimes de violência, não viu nenhuma zona ser afetada de forma premente por um aumento de criminalidade. Eu ficaria muito mais descansado, se visse o CDS-PP e o PSD, lutarem pela reposição por exemplo, da Esquadra da PSP na Cova da Piedade, que isso sim fomenta o policiamento de proximidade, fomenta uma relação de confiança entre as Forças de Segurança e as populações, que no caso da Cova da Piedade, que é uma Freguesia com quase vinte mil habitantes, desapareceu por completo.”

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Relativamente às moções e recomendações aqui apresentadas pelos vários Grupos Municipais, o CDS-PP gostaria de deixar aqui algumas clarificações.

Começando pela moção e visto que o CDS-PP foi aqui citado, e bem, realmente é verdade, foi uma das bandeiras do CDS-PP e continua a ser, quer aqui quer nos restantes Municípios pelo país, quer na Assembleia da República, naquela que é a defesa das populações, e não estamos a falar apenas de criminalidade propriamente concretizada, estamos a falar naquilo que é dissuadir o sentimento de insegurança. E, portanto, nós temos ao



longo do país já constatado vários Municípios que utilizaram estes meios dissuasores, quer no sentimento de insegurança que castra a liberdade das pessoas, que impede que as pessoas mais idosas andem na rua a qualquer hora, que impeça que a criminalidade aumente trazendo mais tranquilidade e mais liberdade para as populações. E o CDS-PP, mais uma vez, vem aqui apresentar esta moção (digo mais uma vez porque salvo erro ela no último mandato autárquico foi apresentada e foi na altura também chumbada). Enfim, o Bloco de Esquerda não é de admirar que vote contra, mas respeitamos democraticamente a sua opinião, aliás, eu lembro que foi aquele Partido que há uns anos atrás propunha, pasme-se, o desarmamento da própria polícia, e, portanto, não sei se continua a manter a mesma posição, mas é a posição do Bloco de Esquerda e, portanto, respeitamos democraticamente e gostaríamos também que respeitasse esta nossa posição e sobretudo que respeitasse a posição das populações e a posição também das Forças de Segurança. Porque o Bloco de Esquerda vai visitar as Forças de Segurança, esteve na Trafaria e viu o estado em que está o Quartel da Trafaria, já esteve também na Costa da Caparica, já esteve nas esquadras da PSP, e o que se ouve e o que se pugna, é que a PSP e a GNR, indicam que isto é com certeza uma forma útil de proteger as populações e de facilitar o combate à criminalidade e toda a insegurança que graça pelo país. Não queremos fazer alarmismo como é evidente, mas convinha que também algumas Forças Políticas se juntassem, junto das Forças Policiais e ouvissem efetivamente o que é que as mesmas têm para dizer e para a proteção dos cidadãos. Claro que, e como a moção diz, não impede quer ao nível Central, quer a nível Local, hajam mais políticas a nível de reintegração, políticas de emprego como é evidente, políticas que tragam e possam trazer mais reforço quer em meios policiais, humanos, quer em meios materiais, e temos também pugnado por isso, quer aqui, quer na Assembleia da República, e, portanto, gostaríamos Senhora Presidente da Câmara Municipal, que fosse sensível a esta mesma proposta, e que possa encetar um diálogo mais aproximado, profundo, com todas as Forças Políticas, nas Comissões, pudéssemos tratar também desta matéria, para que efetivamente possamos trazer uma melhor tranquilidade, porque a tranquilidade de Almada vai trazer também mais investimento, vai trazer mais segurança às pessoas, vai trazer mais turismo. E, portanto, pensamos que esta é uma moção que deverá ter a concordância das Forças Políticas aqui presentes.

Depois muito rapidamente, o CDS-PP via votar favoravelmente todas as moções, aqui com duas ressalvas. Iremos apresentar uma declaração de voto relativamente à moção do Bloco de Esquerda na questão dos refugiados que também saudamos a moção, mas apresentaremos uma declaração de voto relativamente a esta matéria.

Solicitaremos que se vote separadamente a moção relativa aos fogos florestais por parte da CDU.

Relativamente à moção do PAN, queria apenas aqui deixar uma ressalva e fazer uma proposta. No ponto 2, onde diz: “Desencorajar o acorrentamento de animais, salvaguardando que em caso de necessidade e não havendo alternativa praticável, este deve ser temporário limitado o período mais curto e possível e estritamente necessário”. O que o CDS-PP propõe ao PAN, é que possa acrescentar neste mesmo ponto, à frente: “sempre que não coloque em perigo ou possa causar danos em pessoas e bens”. Vamos votar favoravelmente, concordamos com a mesma moção como é evidente, tem a ver com as questões do bem-estar animal, mas esta questão do acorrentamento que estamos a falar é em casa? Fora? Nas quintas? Por exemplo quando alguém vai a um estabelecimento comercial deixa o seu cão porque não pode entrar, temos aqui um exemplo, e sabemos perfeitamente que todos os animais têm o seu temperamento, e gostaríamos de saber em que se refere aqui propriamente esta mesma moção e gostaríamos de deixar esta proposta se o PAN assim entender para acrescentar, para que possamos viver todos em harmonia neste caso.”

6.3.8 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luí Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

É só mesmo para uma clarificação.

A nossa posição de voto contra, não é contra a matéria de substância, porque no Plenário da Assembleia da República o PSD votou a favor dos três dos quatro pontos e absteve-se num deles. Não é para a matéria de fundo. Aquilo que nós votamos contra, é mandar para a Assembleia da República para apreciar, uma matéria



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que a Assembleia da República já apreciou e que já foi inclusivamente votada. É apenas para ficar claro que o nosso ponto de divergência não é sobre a substância, mas é sobre a forma de mandar para a Assembleia da República uma coisa que a Assembleia já analisou e já se pronunciou.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Sobre as moções e temos aqui várias que serão hoje apreciadas, fazer duas ou três considerações sobre aquela que é a posição do Partido Socialista sobre estas mesmas matérias.

Relativamente à moção que o CDS-PP aqui nos traz a propósito da vídeo vigilância ou da necessidade de instalação de vídeo proteção no Concelho de Almada, a verdade é que nós não rejeitamos os benefícios que possam existir, em determinadas situações, ou a necessidade que possa existir em determinadas situações, as Câmaras de vigilância ou vídeo vigilância possa ser instalada. Agora, também nos parece, que este é um tema verdadeiramente sensível. É um assunto que deve ser estudado, no qual deve ser envolvida a Comissão Nacional de Proteção de Dados, que tem que dar um parecer sobre a mesma questão, as Forças de Segurança e é preciso também ter em consideração o seguinte: não é líquido, nessa parte nós discordamos daquilo que está explícito na moção, não é líquido que o facto de existirem câmaras de segurança possa trazer a uma população um sentimento de maior segurança, ou que a existência de câmaras de vigilância se traduzam automaticamente num sentimento de maior Segurança. Especialmente quando não existe nenhum fenómeno que faça despoletar a necessidade de instalação dessas mesmas câmaras de segurança. Nós tivemos ainda recentemente, dados a nível mundial, que dizem que Portugal é um dos países mais seguros do mundo, Almada tem alguns problemas, tem alguns focos de problemas, como qualquer área urbana, mas o que é facto, é que é um território seguro, e onde vale a pena viver. E, portanto, parece-nos, que não tendo existido nenhum fenómeno que faça despoletar a necessidade ou o perigo eminente, que nós tenhamos que implementar a vídeo vigilância no nosso Concelho, que tal deve ser feito com uma enorme ponderação. É óbvio, que também reconhecemos que possa ter algumas vantagens em determinados momentos, mas também nos parece que, por defeito, é um recurso que devemos evitar. Assim sendo, a nossa posição é, nós não rejeitaremos esta moção, mas também não votaremos favoravelmente, vamo-nos abster nesta moção, até porque ela está construída por forma a que se eventualmente for aprovada, que o seja também de forma gradual, estudada e feita ao longo do tempo. Ainda assim, temos bastantes reservas sobre a real necessidade neste momento, que ela possa ser implementada.

Sobre a moção/deliberação que a CDU nos traz sobre os fogos florestais. O Grupo Municipal do Partido Socialista concorda com grande parte daquilo que são os considerandos que são feitos na moção, ou com alguns dos considerandos que são feitos na moção, discordamos fortemente de outros. Concordamos também com aquilo que são os pontos deliberativos, mas fundamentalmente aquilo em que divergimos é a visão que a CDU aqui hoje nos traz, que espelha em grande parte aquela que é a visão que o PCP tem também demonstrado na Assembleia da República, sobre a forma de gerir os terrenos rústicos, a forma de gerir o nosso Interior, as zonas de menor densidade populacional. E aliás, nesta mesma moção é referido, a dada altura, que o ónus de ser posto do lado dos proprietários, é um subterfugio que a legislação atual usa. Nós não encaramos dessa forma, nós entendemos também, que, não obstante de todas as responsabilidades que o Estado tem, há uma responsabilidade dos proprietários do terreno, de cuidarem desses mesmos terrenos. Aliás, não é por acaso e isto corresponde de facto a uma visão diferente entre o PS e a CDU, da forma como nós entendemos que o nosso território deve ser gerido, que o Partido Comunista na Assembleia da República votou já contra ou tentou, que o Decreto-lei que permitia que as terras sem dono pudessem reverter a favor do Estado ao fim de quinze anos se não terem sido identificados os seus donos, que o Partido Comunista tentou que esse Decreto fosse suspenso. Ora, nós não concordamos com esta visão, porque de facto, há questões que são de interesse público que se sobrepõem à pequena propriedade neste caso, mas no fundo à propriedade individual, e isso depois em qualquer ponto do nosso país, também em meio urbano, quando um proprietário não cuida do seu território, sofre precisamente sanções por isso. Neste caso, quando o Estado não é capaz, de determinar quem são os donos dos territórios, é muito mais difícil fazer a proteção destes mesmos terrenos, sendo certo que há ainda muito trabalho para fazer, sendo certo que os sucessivos Governos não fizeram tudo aquilo que estava ao seu



alcance para evitar tragédias como aquela que tivemos em 2017, e sendo certo que há muito trabalho que é preciso ser feito e perdoem-me também que o diga, que este Governo começou a fazer. É verdade que ainda não está todo feito, mas discordamos daquilo que é dito nesta moção. E, portanto, há alguns pontos que nós não podemos naturalmente votar a favor, porque há visão que é absolutamente antagónica aquela que nós defendemos.

Quanto à recomendação para a sensibilização da população contra o acorrentamento de animais, somos favoráveis à moção, votaremos favoravelmente a moção, temos algumas reservas quanto ao ponto que refere, as parcerias que possam ser feitas com as associações que já trabalhem neste campo, apenas porque nos parece, não são reservas que se façam essas parcerias, são é reservas quanto aos critérios que possamos utilizar, para escolher as associações que façam essas parcerias, porque associações que eventualmente possam cometer atos que são ilícitos para fazer valer aquela que é a sua posição sobre esta matéria, entendemos nós, que não devem merecer esse apoio por parte da entidades públicas. Ainda assim, isto é naturalmente uma naturalidade face aquilo que é o conteúdo da moção, nós revemo-nos o conteúdo da moção e votaremos favoravelmente esta mesma recomendação.

Relativamente ao voto de saudação ao Dia Mundial dos Refugiados, que o Bloco de Esquerda apresentou. Naturalmente votaremos favoravelmente, sendo certo que o Partido Socialista se associa também aquele que é, e como parece que qualquer Partido civilizado se associa, aquilo que é a preocupação por aquilo que se vai passando, não pelos refugiados, mas por todo o mundo, não só pelo que se passa no Mediterrâneo, mas também com os refugiados de todo o mundo, ainda há poucas semanas tivemos o exemplo de um português que foi acusado pelo Estado Italiano, por fazer aquilo que é moralmente obrigatório que cada um faça, isto é, que salve as pessoas que estão à beira da sua morte e que procuram sendo elas migrantes ou refugiados ou o que seja, mas que procuram do outro lado de uma fronteira uma vida melhor. E, portanto, o Partido Socialista votará a favoravelmente esta moção, e associa-se naturalmente a esta mesma tomada de posição tal como à saudação ao Hospital Garcia de Orta, que mais uma vez nos traz boas notícias sobre aquela que é também a sua atividade. O Serviço Nacional de Saúde tem muitas coisas boas, tem muitos fatores positivos e não é apenas notícia pelos maus motivos, infelizmente muitas vezes a notícia é quando as coisas correm mal. Mas há também estes bons exemplos que nos são aqui trazidos e que são importantes e associamo-nos às restantes moções, de saudação à Escola Profissional de Almada, à Telma Monteiro, à Escola do Desportivo e dizer também que votaremos favoravelmente a deliberação pela reabertura da Unidade de Saúde da Trafaria.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Nós conseguimos perceber os argumentos usados, que efetivamente o Concelho de Almada não é um Concelho com aquela criminalidade brutal como se vê noutros Concelhos, e ainda bem. Agora, a vídeo proteção, e não vídeo vigilância, e por isso é que usamos vídeo proteção, serve primeiramente para dissuadir e para que os cidadãos se sintam seguros. E não estamos também aqui a dizer que agora vamos colocar a vídeo proteção assim de forma desalmada, e de forma sem regra, em qualquer sítio, só porque entendemos que naquela rua ou naquela avenida, entendemos que há um maior sentimento de insegurança ou de criminalidade. O CDS-PP, mais uma vez, apela e deixa aqui a sugestão para que ouçam as Forças de Segurança, para que ouçam as pessoas, e se alguém entende que as pessoas não andam na rua, e que as ruas estão desertas, é apenas porque está frio, ou apenas porque não há cafés abertos, então estamos todos enganados. O CDS-PP ouve também os comerciantes e não estamos só a falar de dia, o CDS-PP ouve também as agências, ouve também os promotores turísticos, ouve também as unidades hoteleiras, a restauração e se formos também para a rua ouvir as pessoas, os estudantes e também aquilo que tem a ver com o património histórico, porque também tem muito a ver quer com a degradação do património histórico, quer também a ver com a facilidade que possa existir para definir critérios por parte do Ministério Público e por parte de outras entidades judiciais, que tenham facilidade de não só constituir provas para a criminalidade que possa existir, portanto é este também um dos requisitos e benefícios da vídeo proteção. Não estamos aqui a falar propriamente porque só nos apetece, vamos aqui instalar só para parecer bem, ou para apresentarmos aqui uma moção para que todos fiquemos satisfeitos. Não! É uma



moção que tem a ver com segurança, com insegurança e com o bem-estar dos cidadãos da restauração, do património, da hotelaria, do turismo, do património natural, e também dos animais.”

6.3.11 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Para responder antes de mais à solicitação da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, no que diz respeito às centenas de animais que referimos estarem acorrentados. São dados que nos têm chegado de cidadãos e de associações, que a nosso ver são credíveis, algumas verificamos, outras obviamente que não. No entanto achamos pela nossa experiência no terreno que o dado é perfeitamente plausível.

Relativamente à questão do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e da adenda que ele faria aqui ao ponto numero 2. Portanto, o próprio parágrafo refere que este deve ser temporário, portanto, não engloba essas situações. O acorrentamento logicamente se uma pessoa leva o seu cão a passear e vai a uma loja, é um acorrentamento que não é acorrentamento, é no fundo deixar o animal devidamente posicionado, de forma a que não podendo entrar no espaço, também não fuja. Agora, não põe logicamente em causa a segurança nem de pessoas, nem de bens, nem é esse o objetivo, até porque sabemos que os animais, infelizmente quando os animais poem em causa a segurança das pessoas, normalmente sofrem antes das próprias pessoas ou depois sofrem muito mais que as próprias pessoas. Portanto, também não queremos aqui desproteger nem uns nem outros. Daí que eu considero que não fará muito sentido estar a fazer essa adenda, porque não é enquadrável no texto, não é enquadrável neste âmbito.

Relativamente à questão que o PS levanta e da parte das associações e que associações poderiam aqui ser consultadas. Logicamente aí esse critério será da Câmara Municipal, nós conhecemos associações que trabalham com estas temáticas, logicamente uma associação, por princípio, deve trabalhar dentro da Lei e nós nunca defenderemos associações que trabalhem fora da Lei, não estaríamos na política com essa postura.

Isto em relação à nossa moção.

Quanto às moções e às recomendações, aos votos de saudação das restantes forças políticas, gostaríamos aqui apenas de fazer duas observações. Iremos acompanhar na generalidade. Apenas em relação à moção do CDS-PP, da vídeo vigilância. Aqui a moção refere a questão da avaliação, nós consideramos que de facto, o Concelho de Almada não é um Concelho, para já, que nos pareça estar carenciado deste tipo de intervenção. Também temos a noção que muitos cidadãos não se sentem confortáveis com este tipo de vigilância e isso não os torna criminosos, mas torna-os desconfortáveis com este tipo de vigilância nas ruas. Sabemos que muitas destas medidas, não obstante terem uma intenção positiva, podem também às vezes não serem utilizadas da melhor forma, por isso sem querer rejeitar a medida, porque vemos também o lado positivo dela, não a vamos acompanhar e vamo-nos abster.

Em relação à moção da greve dos trabalhadores da higiene urbana, da CDU. Reconhecemos que obviamente os direitos dos trabalhadores devem ser salvaguardados, reconhecemos a sua luta, reconhecemos que deve haver diálogo. Também nos parece que existe esse diálogo ou que tem existido esse diálogo por parte da Câmara Municipal, é um assunto que continuaremos a acompanhar, mas nesta fase e neste cenário, aquilo que será a nossa posição será aqui também de abstenção.”

6.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.4.1 – A recomendação “sensibilização da população contra o acorrentamento de animais” foi aprovada por unanimidade;

6.4.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresentou uma declaração de voto, por escrito:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à Recomendação do PAN sobre a sensibilização da população contra o acorrentamento de animais, apresentado, discutido e votado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Almada realizada no dia 27 de junho de 2019, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Almada, o CDS-PP tem o seguinte entendimento: todos os maus tratos, infringidos aos animais são práticas condenáveis à luz dos direitos do Homem e da sua relação com a Natureza ao seu redor.

Todavia, esse princípio não implica que não sejam salvaguardados direitos e obrigações que o ser humano tem na convivência e na relação simbiótica com a Natureza e as relações que se estabelecem naturalmente entre o Homem e o animal.

A Recomendação do PAN para a sensibilização contra o acorrentamento de animais, o CDS-PP dá concordância. Contudo, é preciso enquadrar não só cada caso e, inclusive, cada espécie de animal em questão, uma vez que o documento, apesar de se referir os cães na alínea e) dos considerandos e referir animais de companhia também na parte dos considerandos no que diz respeito ao Decreto-lei n.º 276/2001 de 17 de Setembro, no artigo 7.º, o ponto 2, na parte deliberativa é ambíguo relativamente a que animais se refere propriamente e no concreto, a intenção do PAN com a presente Recomendação, devendo para tal, ressaltar-se esse facto, pois não se pode generalizar o desacorrentar de animais, por questões meramente lógicas e perfeitamente aceitáveis tendo em consideração as circunstâncias, a finalidade e a espécie de cada animal.

Mais se acrescenta que, empiricamente, a norma, é o não uso de correntes (*ferramenta fabricada em uma série de elos interligados de aço*) para prender um animal, isto se estivermos a falar de cães e de gatos, mas sim, o uso de trelas que têm um poder nefasto muito menor do que as ditas correntes.

Fica ainda a interrogação por parte do CDS-PP, relativamente aos meios usados para que o PAN possa aferir do conhecimento e dos dados precisos relativamente às centenas de casos de animais acorrentados no concelho de Almada, até porque, como já afirmado, por norma, cães e gatos são “presos” por trelas e não por correntes como na Recomendação quer-se fazer crer. Logo, pode-se levantar a suspeita de que a finalidade desta Recomendação se destina também a outras espécies de animais não especificadas, incluindo os de quinta e de pecuária.

O CDS-PP deixa ainda como sugestão, e visto que a liberdade do animal não pode, de todo, colocar em causa nem em perigo a integridade física do ser humano, a sugestão para que na parte deliberativa no ponto 2, se possa acrescentar “... desde que não coloque em risco a integridade física das pessoas ou coloque em causa os seus bens...”, proposta essa, que o PAN não aceitou.

De resto o CDS-PP concorda na plenitude que se melhore a qualidade de vida dos animais de companhia através de mais e melhor legislação encontrando-se mais respostas e benefícios para o seu bem-estar.”

6.4.2 – A recomendação “declaração do estado de urgência climática” foi rejeitada por maioria com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente.

6.4.3 – Relativamente ao documento “saudação ao dia mundial dos Refugiados”, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que foram apresentadas algumas alterações pelo Grupo Municipal da CDU, que foram aceites pelos proponentes, concretamente: no ponto 2 a alteração do termo “garantir” pelo termo “recomendar” e no ponto 3 a alteração do termo “instar” pelo termo “apelar”.

6.4.3.1 – De seguida o documento foi submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade, com as alterações apresentadas;

6.4.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresentou uma declaração de voto por escrito:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O CDS-PP partido que se rege pelos valores personalistas, humanistas e tem como doutrina a Democracia Cristã, não pode ficar indiferente quando se fala do problema dos refugiados, razão pela qual, acompanha positivamente o voto de saudação ao Dia Mundial dos Refugiados apresentado pelo Bloco de Esquerda na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Almada, reunida nos Bombeiros Voluntários de Almada, no dia 27 de junho de 2019.

Acresce, contudo, o seguinte: o CDS-PP está solidário e consciente com todos aqueles que têm a preocupação de zelar pela segurança e pelo bem-estar de qualquer cidadão seja ele proveniente de onde for, o seu credo, a sua ideologia ou do seu género ou de outra qualquer característica de identifique a pessoa.

No que respeita à trágica questão dos refugiados que observamos e que o mundo lida nos dias de hoje constantemente, é necessário uma conjugação de esforços abrangente que passe pela mudança de legislação, pela análise mais aprofundada das condições e dos países que estão dispostos e que podem receber e acolher refugiados, as condições humanas e humanitárias nos países de acolhimento, a sensibilidade de cada país para receber as pessoas que fogem dos mais variados cantos do mundo em busca de melhores condições de vida e que fogem da repressão resultante das guerras e das perseguições nomeadamente da intolerância religiosa como é exemplo, os milhares de cristãos em muitos dos países de África e no Médio Oriente, tal como a integração dos refugiados em cada país de acolhimento.

Posto isto, é iludir os mesmos e até desumano, afirmar-se que todos os países, por muito que possa ser esse o seu desejo, consigam ter as mais adequadas condições para dar uma vida condigna de acolhimento. É exatamente esse flagelo que se pretende evitar e chamar a atenção, pois não se pode prometer um acolhimento a todo custo, deixando depois essas pessoas com os direitos suspensos, com dificuldade de integração e à merce da indiferença ou da exploração e discriminação, resultando ao fim ao cabo, no efeito nefasto e assertivamente contrário ao que se pretende com o acolhimento dos muitos refugiados que procuram ajuda noutros países.

É perante este cenário, que os responsáveis pelas organizações humanitárias e os líderes dos países, nomeadamente aqueles que têm economias mais prósperas, devem conjugar esforços contínuos para se encontrarem as melhores soluções ao invés de se despejar literal e simplesmente quem precisa de ajuda em qualquer praia ou baldio ficando muitas das vezes essas pessoas à merce da sua sorte.

A integração deve ser feita com humanismo, sem dúvida alguma, mas com regras, dando prioridade às crianças, aos idosos, às mulheres grávidas e aos enfermos, numa lógica de verdadeira integralidade social e tendo em consideração as verdadeiras capacidades de cada país para integrar os refugiados, pois pretende-se ajudar e reintegrar pessoas e não os condenar à sua sorte, à discriminação, à marginalidade ou ao negócio hediondo e repugnante, mas muito lucrativo de seres humanos.”

6.4.4 – A saudação “publicação do livro sobre os 50 anos das Escolas Noturnas do Clube Desportivo da Cova da Piedade” foi aprovada por unanimidade;

6.4.5 – A moção/deliberação “saudação à judoca Telma Monteiro pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Europeus Minsk 2019” foi aprovada por unanimidade.

6.4.6 – A moção/deliberação “dois anos passados sobre os brutais incêndios em Pedrógão Grande” foi votada separadamente a parte dos considerandos e a parte resolutiva, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.6.1 – A parte dos considerandos foi rejeitada por maioria, com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, e 19 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente. Ocorrendo empate na votação, nos termos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia exerceu o seu voto de qualidade, contra.

6.4.6.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade;

6.4.7 – A moção/deliberação “pela reabertura da Unidade de Saúde na Trafaria” foi aprovada por unanimidade;



6.4.8 – A moção “instalação de vídeo-proteção no concelho de Almada” foi rejeitada por maioria, com 18 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, 6 votos a favor, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP e 14 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN;

6.4.9 – A moção “saudação à Escola profissional de Almada vencedora da 6ª Edição do CANSAT Portugal 2019” foi aprovada por unanimidade;

6.4.10 – A moção “saudação ao Hospital Garcia de Orta prémio Farmácia Hospitalar do Ano” foi aprovado por unanimidade;

6.4.11 – A moção/deliberação sobre “greve dos trabalhadores da limpeza urbana, recolha e brigada de apoio da Câmara Municipal de Almada” foi rejeitada por maioria, com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, 18 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente e 1 abstenção do eleito do PAN.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento.

7.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), presidente da 1ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O Relatório foi distribuído, na verdade durante este semestre a 1ª Comissão Permanente realizou uma reunião que foi a reunião para apreciar os documentos financeiros relativos ao ano 2018, onde a Câmara Municipal nos apresentou e onde foram discutidos e também a 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2019. Foi este o resumo daquilo que é a reunião que nós fizemos durante este semestre, período ao qual se reporta este Relatório. Sobre tudo o resto como é óbvio estamos à disposição e neste caso estou à disposição para qualquer dúvida que exista.”

Relatório de Atividades do primeiro semestre do ano de 2019

Âmbito de ação: Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos, Património, Recursos Humanos, Descentralização de Competências

Relatório de Atividades:

A comissão realizou uma reunião durante o primeiro semestre de 2019, no dia 23 de abril. Nesta foram apresentadas e discutidas as Propostas do Município, SMAS e ECALMA relativas aos documentos de prestação de contas do exercício de 2018, assim como foram apresentadas e discutidas as propostas de 1ª Revisão Orçamental do Município e SMAS, referentes ao ano de 2019.”

7.1.2 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU), presidente da 2ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Dar-vos nota daquilo que foi o trabalho desta Comissão Permanente.

Por proposta apresentada pelo PSD, estivemos a trabalhar a questão relativamente ao Regulamento do Programa de Estágios de Verão. Portanto, decorreu uma 1ª reunião no dia 25 de março, onde estabelecemos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

diversos compromissos e analisamos as propostas e houve também algumas propostas de alteração, tendo ficado depois uma reunião marcada para 12 de abril para finalizarmos o processo. Nessa mesma reunião, foram novamente analisadas essas propostas, conforme constam na Ata e depois iremos, brevemente, fechar então este processo, tendo em conta aquilo que foi estabelecido entre todos os representantes desta Comissão.

Ainda neste quadro da 2ª Comissão Permanente, foi-nos solicitada uma reunião por parte da Delegação de Almada da Liga dos Combatentes, que nos transmitiram que há um projeto, há um compromisso anteriormente assumido com os Serviços Municipais, para que seja colocado segundo aquilo que nos disseram, um memorial na zona da Ramalha. Portanto, nós solicitamos após esta reunião informações à Câmara Municipal, para sabermos como é que está a decorrer este processo. O que ficou estabelecido é que este será um memorial que sobretudo irá valorizar aqueles que são os aspetos da paz, e não apenas aquilo que tradicionalmente conhecemos relativamente a estes memoriais em que faz um reconhecimento aos militares que combateram na grande guerra, a guerra do Ultramar. Tem uma versão mais atual que é sobretudo valorizar os aspetos da paz e as operações militares mais recentes, ocorridas por portugueses lá fora e, portanto, há aqui uma outra perspetiva não tão tradicional como aquela que conhecemos.

Portanto, estamos a aguardar informações para podermos fazer chegar à Liga dos Combatentes.”

Relatório Semestral da Atividade da Comissão Especializada Permanente

Educação, Cultura, Juventude e Desporto

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão suprarreferida no primeiro semestre do ano 2019.

Assim,

Na reunião ocorrida no dia vinte e cinco de março, a Comissão analisou a proposta de regulamento relativa ao “Programa de Estágios de Verão”, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Ficou estabelecido entre todos os representantes que a proposta seria apreciada em cada um dos seus artigos, com o compromisso de ser enviado até ao dia onze de abril propostas de alteração, ficando agendada uma reunião para o dia doze de abril para finalizar este processo.

Nesta reunião foi também decidido convocar uma reunião com a delegação de Almada da Liga dos Combatentes para abordar o assunto relativo à proposta do “Memorial aos Combatentes”.

Conforme consta na ata n.º 5/XII-2.º/2017-21, as matérias apresentadas nesta reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida no dia oito de abril estiveram presentes dois representantes da Liga dos Combatentes – Delegação de Almada, os quais transmitiram que o Município de Almada é dos poucos do país que não possui um monumento de homenagem aos combatentes. Informaram que existem cerca de cento e vinte núcleos da Liga dos Combatentes e que a Câmara Municipal de Almada é sócia benemérita desta estrutura associativa. Deram conhecimento aos membros da Comissão da existência de um processo para a execução de um memorial que está sob a responsabilidade dos serviços municipais, prevendo-se a sua localização para a zona da Ramalha. Informaram, ainda, que têm feito vários contactos com a Câmara Municipal, mas ainda não obtiveram resposta sobre este assunto. Esclareceram que os requisitos para o monumento são a prestação de reconhecimento aos combatentes que participaram na Grande Guerra, na Guerra do Ultramar e nas missões militares em operações de Paz, assim como às suas famílias.

A Comissão assumiu o compromisso perante os dirigentes da delegação de Almada da Liga dos Combatentes de solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal sobre este processo, tendo existido concordância de todos os partidos presentes para que sejam desenvolvidas estas diligências.

Conforme consta na ata n.º 6/XII-2.º/2017-21, as matérias apresentadas nesta reunião foram apreciadas pela Comissão.



Na reunião ocorrida no dia doze de abril, a Comissão analisou as propostas de alteração ao regulamento do “Programa de Estágios de Verão”, conforme consta na ata n.º 7/XII-2.º/2017-21.”

7.1.3 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS), presidente da 3ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Relativamente à 3ª Comissão Permanente, o Relatório foi distribuído, portanto, vou ser muito sucinto.

Nós prosseguimos os trabalhos relativamente a duas temáticas, uma prende-se com a SOVENA, fizemos a visita à fábrica, fizemos uma visita à envolvente à fábrica que foi solicitada pela Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro, e fomos à Universidade Nova, à equipa que tinha realizado o estudo dos odores e neste momento temos os trabalhos praticamente concluídos. Portanto, estaremos numa fase de elaboração do Relatório Final.

De igual modo, fomos também fazer uma visita a convite da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira a Vale Figueira, verificar de facto, as instalações e alguma evolução que houve nessas mesmas instalações e também a instalação dos Serviços de Saúde Ocupacional em Vale Figueira.

Por último temos ainda um documento que desceu à Comissão do PAN, que ainda está para trabalhar, que tem a ver com o cheque animal que depois seguirá a sua tramitação normal.”

I - Relatório de Atividades - primeiro semestre 2019

Âmbito de Ação da Comissão: A 3.ª Comissão da Assembleia Municipal de Almada (Ambiente Qualidade de Vida) tem o seu âmbito de ação delimitado às seguintes áreas de atuação do município: Ambiente, Espaços Verdes, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico e Direitos dos Animais.

No integral cumprimento do disposto no artigo 86.º do Regimento da AMA apresenta-se o relatório das atividades da 3.ª comissão relativo ao primeiro semestre de 2019, para que possa ser apresentado na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Junho.

Assim, podemos subdividir o presente relatório em três partes, a saber: a primeira relativa às reuniões havidas e temas abordados, a segunda tendo a ver com os documentos que desceram à comissão para análise e concertação e, por fim, uma terceira parte relacionada com atividade externa. Refira-se que a esta divisão esta subjacente, única e simplesmente, uma opção facilitadora da apresentação dos trabalhos visto que as três partes são indissociáveis estando estreitamente interligadas.

A. Reuniões Ordinárias: A terceira comissão no total realizou seis reuniões sendo que, duas delas vão ser qualificadas de ordinárias e as restantes, por terem sido com entidades externas e fora das instalações da AM, serão qualificadas de extraordinárias e, por este facto, tratadas na terceira parte do presente relatório como atividade externa.

Nas reuniões ditas de ordinárias a comissão prosseguiu os seus trabalhos sobre a temática da Sovena, tendo visitado a fábrica, reunido com a equipa da universidade nova que fez o estudo aos odores em Almada e efetuado uma deslocação às imediações da fábrica acompanhada por elementos da comissão de moradores do bairro do matadouro.

De igual modo, visitaram-se as instalações da Câmara Municipal de Almada em Vale Figueira.

Por último, prosseguiram os trabalhos sobre a recomendação do PAN ao município para a implementação do programa cheque veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia. que desceu à comissão para análise e concertação.

B. Recomendações que desceram à comissão.

1. Recomendação do PAN ao município para a implementação do programa cheque veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia: este assunto esta ainda



em análise tendo ficado decidido que iria ser ouvido o Sr. Vereador do Pelouro, audição que ainda não foi possível concretizar.

C. Atividade externa: relembra-se que a designação atividade externa visa unicamente sistematizar a informação, simplificando a leitura do trabalho feito pela comissão e diz respeito a tudo aquilo que, resultando da discussão e conclusão das reuniões ordinárias, foi concretizado através de visitas externas, reuniões de audição e perguntas a outras entidades, vejamos então:

- 1. Visita às instalações da Sovena e reunião com a administração:** a comissão deslocou-se às instalações da fábrica em Almada, tendo feito uma visita a toda a unidade fabril. Salienta-se que a administração prestou todos os esclarecimentos solicitados, tendo feito um enquadramento exaustivo sobre o funcionamento da fábrica. De igual modo, manifestou completa disponibilidade para prestar todas as informações adicionais consideradas necessárias.
- 2. Visita às imediações da fábrica da Sovena acompanhados por elementos da Associação de Moradores do Bairro do Matadouro e da plataforma cheira mal em Almada:** a comissão ouviu de viva voz as preocupações dos moradores relativamente à Sovena e ao desconforto resultante dos maus cheiros, tendo visitado as imediações da fábrica, mais precisamente o morro adjacente.
- 3. Visita a Vale Figueira:** Na sequência da audição à senhora vereadora Teodolinda Silveira tinha ficado acordado uma visita às instalações de vale figueira. Assim, a comissão visitou os estaleiros acompanhado pela Senhora Vereadora e pelo Sr. Diretor Municipal tendo verificado que, gradualmente, têm vindo a ser feitas melhorias das instalações de apoio aos trabalhadores e que as obras tendentes à instalação dos serviços de medicina no trabalho estavam em fase de conclusão.
- 4. Reunião com a equipa da Universidade Nova que elaborou o estudo aos odores em Almada:** A comissão foi recebida pelo Professor Francisco Ferreira da Universidade Nova que conjuntamente com a sua equipa fez a explicação exaustiva do estudo que foi feito, da metodologia aplicada e dos resultados obtidos. Nesse âmbito, foi ainda aventada a hipótese de ser efetuado um novo estudo.

Para futuro: está em fase de elaboração o relatório final relativo à Sovena e está para agendamento a audição ao Sr. Vereador Miguel Salvado e a continuação da análise à recomendação do PAN.”

7.1.4 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), presidente da 4ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Conforme terão os Senhores/as Deputados/as Municipais tido a oportunidade de ver no Relatório que foi distribuído, durante este 1º semestre de 2019, esta 4ª Comissão Permanente, não reuniu, não houve nenhuma matéria que nos tivesse sido remetida diretamente pela Assembleia Municipal, nem recebemos nenhuma solicitação, mas foi sobretudo uma decisão que eu assumo enquanto Presidente da Comissão, de uma adequada gestão dos recursos. Tivemos algumas Comissões especialmente ativas neste 1º semestre, houve matérias muito prementes que foram discutidas em outras Comissões, e dada a escassez de recursos, desde logo o tempo dos Senhores/as Deputados/as Municipais, foi meu entendimento, que neste semestre não era indispensável a realização de uma reunião, ainda que naturalmente esta situação não será necessariamente assim daqui para a frente, porque há matérias importantes e que provavelmente também se tornarão prementes para discussão já no decurso do próximo semestre.”

Relatório de Atividades da 4ª Comissão Permanente – Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Almada

Em cumprimento do disposto no artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada (AMA), que dispõe que:



“As Comissões informam a Assembleia sobre o andamento dos seus trabalhos através de relatórios semestrais, da competência dos respetivos Presidentes, apresentados ao Plenário da Assembleia nas sessões Ordinárias de junho e dezembro e mencionados na Ata da respetiva reunião.”,

apresenta-se o relatório de atividades da 4ª Comissão Permanente cujo âmbito de ação incide sobre Urbanismo, Espaço Público, Acompanhamento do Plano Diretor Municipal (PDM), Turismo, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Económico.

No primeiro semestre de 2019, a 4ª Comissão Permanente da AMA não realizou qualquer reunião. O mesmo período foi de atividade particularmente intensa em outras comissões permanentes desta Assembleia, dada a relevância e a premência dos temas nelas tratados, com destaque para as questões dos transportes, mas não só.

Assim, na qualidade de Presidente da 4ª Comissão, entendi que a adequada gestão dos recursos disponíveis, desde logo o tempo dos Senhores Deputados Municipais, por natureza escasso, não exigia a realização de reuniões neste período.”

7.1.5 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), presidente da 5ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Relatório de Atividades

5ª Comissão – Cidadania, Habitação e Ação Social

No cumprimento do disposto no artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, cumpre-nos apresentar o relatório de atividades relativo ao 1º semestre de 2019. O mesmo será apresentado em Plenário da Assembleia que se irá realizar em junho.

1 - Âmbito de Ação

Questões sociais, saúde, serviços públicos, habitação social, orçamento participativo, modernização administrativa, coesão social, igualdade de género.

3 – Atividade Desenvolvida

A 5ª Comissão realizou 6 reuniões, sendo que 3 tiveram lugar na sede da Assembleia Municipal e 3 em serviços externos.

A Comissão deu continuidade ao trabalho já iniciado.

Em relação á Moção apresentada pelo BE em Plenário da Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade, de se proceder a convites aos líderes partidários, grupos parlamentares e Sr. Presidente da República para visitarem o 2º Torrão e que baixou á 5ª Comissão para exequibilidade da mesma.

Realizou-se reunião da 5ª Comissão com a presença do Sr. Presidente da AMA, Dr. Joaquim Leitão e Dr. Walter dos serviços de protocolo da CMA, tendo ficado decidido que se iria agendar reunião com o presidente da AMA, Dr. Walter e presidente da 5ª Comissão para aferir pormenores e proceder ao convite.

Posteriormente, em resposta a solicitação de informação por parte da presidente da 5ª Comissão ao Presidente da AMA, fomos informados que seguiu convite ao senhor Presidente da República, aguardando-se resposta da Casa Civil.

Vai manter-se esta matéria na agenda da 5ª Comissão.

Em sede de Plenário da AMA realizado em 28 de novembro, foi apresentada moção pela bancada do PSD, designada “Pela criação do Gabinete de Apoio á Vitima “, tendo esta baixado á 5ª Comissão.

No âmbito desta matéria foram realizadas reuniões com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio á Vitima e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta e núcleo Executivo do CLASA.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Reunião na APAV - A Comissão foi recebida pelo presidente, Dr. João Lázaro que apresentou a organização e proporcionou uma visita às instalações.

A APAV tem uma resposta dirigida às várias formas de vitimização não se situando apenas na violência doméstica. Tem 18 gabinetes de apoio vítima, 17 polos de atendimento em itinerância, linha telefónica de apoio, de internet segura, Messenger e skype.

Tem também 2 casas abrigo para mulheres e um CAP para mulheres vítimas de tráfico.

Trabalham em rede com as organizações locais.

Encontram-se disponíveis para “sentar” e ver as necessidades que existem no Concelho de Almada e que resposta se pretende.

Para a implementação de um gabinete necessitam de espaço físico com 2/3 salas, não se pode situar em zonas de habitação social, 2 técnicos, meios de locomoção, 1 ponto de contacto em cada freguesia para o atendimento em itinerância, sendo este atendimento feito nas Juntas.

Faz sentido para a APAV a abertura de gabinete em Almada em complementaridade das respostas existentes. Têm relação de proximidade com a UMAR com quem trabalham já a nível nacional.

Reunião na UMAR – A Comissão foi recebida pela Dr.^a Elisabete Brasil que nos apresentou a organização e proporcionou visita às instalações.

A UMAR tem um Centro de Atendimento Distrital, embora tenha abrangência ao nível nacional. Dirige-se mais especificamente á vitimação/feminicídio no âmbito da Convenção de Istambul.

O Distrito de Setúbal aparece em 3º lugar nas estatísticas nacionais, (na violência doméstica, mas também no feminicídio) com grande incidência de casos no concelho de Almada.

Gerem uma casa abrigo situada no concelho, têm apoio jurídico, linha telefónica, resposta de 1 equipa de atendimento permanente e de 1 equipa de emergência.

A nível nacional a rede tem 40 casas abrigo, 1 só para homens, 1 LGBTI e 1 centro só para violência sexualizada. Não existem respostas para os crimes sexuais (violações).

Estão em articulação com o Tribunal, PSP e na rede social de Almada, estão também ligadas a vários projetos internacionais.

Asseguram a resposta no âmbito do projeto RADAR protocolada com a CMA.

Debatem-se com várias contingências, nomeadamente a exiguidade do espaço do Centro de Atendimento, inexistência de apartamento de inserção para situações temporárias, inexistência de protocolo com a CMA na prioridade de atribuição de habitação social, entre outras.

O trabalho articulado com a APAV já é uma prática habitual com quem mantêm boas relações.

Reunião com o núcleo Executivo do CLASA – A reunião realizou-se nas instalações de Vale Figueira, a Comissão foi recebida pela Sr.^a Vereadora Teodolinda, o Sr. Diretor Municipal, Dr. Mário Ávila, a Sr.^a Chefe de Divisão da Habitação, Dr.^a Manuela Gonçalves, a Sr.^a Chefe de Divisão da Intervenção Social, Dr.^a Ana Cláudia, Dr.^a Ana Silvestre do núcleo para a deficiência, Presidente da CPCJ, Dr.^a Helena Garçês, Técnica de apoio na Rede Social e Dr. Orlando Garcia, técnico de apoio á criação de instrumentos metodológicos.

A Dr.^a Helena Garçês apresentou o Plano de Ação do Núcleo Executivo para o ano 2019, que resulta da reflexão deste coletivo e é enquadrado pelas competências definidas no Decreto-Lei 115/2006 que regulamenta a Rede Social, seguidamente foi aberto espaço á colocação e esclarecimento de dúvidas.

Considerando a complexidade da documentação e informação recolhida nos contactos com as organizações externas e a proximidade ao período de férias, foi consenso geral não ser ainda tomada decisão, relativamente á moção apresentada pelo PSD.



Os trabalhos sobre estas matérias serão retomados em outubro.”

7.1.6 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind), Presidente da 6ª Comissão Permanente que apresentou o respetivo relatório.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Este Relatório não dirá respeito apenas a este semestre, mas também ao anterior, uma vez que na reunião em que esses documentos foram apresentados eu não estive presente.

A partir do momento da sua constituição, a 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada desenvolveu um intenso trabalho com vista à recolha da maior quantidade possível de informação, dentro daquele que é o seu âmbito de intervenção: Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade.

Foram realizadas 25 reuniões.

Ao longo do ano de 2018 e do início de 2019, esta Comissão reuniu com todos os Grupos Parlamentares e Partidos com representação parlamentar para apresentar as nossas preocupações e recolher informação sobre a situação da empresa de transporte público Transtejo/Soflusa.

Ainda sobre o mesmo assunto, foram feitas reuniões com a Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul, com a Comissão de Trabalhadores da Transtejo, com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e com o Sindicato dos Transportes Fluviais.

Foram, igualmente, efetuadas reuniões com a 8ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa e com o Conselho de Administração da Transtejo/Soflusa.

Foi efetuada uma reunião com a Comissão Executiva da Assembleia Metropolitana de Lisboa, em fevereiro de 2019, na qual, para além das questões referentes à Transtejo/Soflusa, foram abordadas questões relativamente aos novos passes sociais que iriam entrar em funcionamento escassos meses depois.

Foram feitas várias tentativas de marcação de reunião com o Governo para abordar a situação da Transtejo/Soflusa, tendo chegado a estar marcada uma reunião para o início de dezembro de 2018 que foi desmarcada por iniciativa do Governo com a garantia de nova marcação que não se veio, entretanto, a verificar até ao presente.

para além destas matérias, a Comissão acompanhou outras questões dentro do seu âmbito de Ação. Assim, fomos recebidos pelo Conselho de Administração da Metro Transportes do Sul. De igual forma, reunimos quer com a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, quer com a Senhora Vereadora da Proteção Civil e Segurança, Assuntos Jurídicos e Fiscalização Municipal, Administração Urbanística, Atendimento ao Município para dar seguimento, entre outros assuntos, a moções que baixaram a esta Comissão para aprofundamento de discussão.

Estão previstas, embora sem data, reuniões com os Conselhos de Administração da Transportes Sul do Tejo e da Fertagus.”

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da Ordem do Dia relativa a alteração da composição das Comissões Permanentes.

7.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a proposta que fora consensualizada na Conferência de Representantes.

“Senhores/as Deputados/as Municipais:

A Assembleia Municipal tem seis Comissões Permanentes. A composição das Comissões Permanentes foi definida no início deste Mandato, e foi publicitada através de Edital. Entretanto, a circunstancia de ter passado a haver um Deputado Municipal Independente, obrigou a uma revisão da Composição das Comissões Permanentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi consensualizado na Conferência de Representantes, que o Senhor Deputado Municipal Independente teria a possibilidade de participar em três Comissões Permanentes como efetivo, e, portanto, resultou uma alteração da composição das Comissões Permanentes que eu vou rapidamente enunciar:

1ª – Administração e Finanças

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 CDS-PP, 1 Ind.

2ª - Educação, Cultura, Juventude e Desporto

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

3ª - Ambiente e Qualidade de Vida

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN

4ª - Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

5ª Cidadania, Habitação e Ação Social

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, 1 Ind.

6ª - Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, 1 Ind.

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 26º, nº 1, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 77º do Regimento da Assembleia Municipal, delibera alterar a composição das Comissões Especializadas Permanentes, nos seguintes termos:

1ª - Administração e Finanças

Âmbito de ação: Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos, Património, Recursos Humanos, Descentralização de Competências;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 CDS-PP, 1 Ind.

Presidente da Comissão – Indicado pelo PS

Secretário da Comissão – Indicado pelo PSD

2ª - Educação, Cultura, Juventude e Desporto

Âmbito de ação: Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Movimento Associativo

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

Presidente da Comissão – Indicado pela CDU

Secretário da Comissão – Indicado pelo PS

3ª - Ambiente e Qualidade de Vida

Âmbito de ação: Ambiente, Espaços Verdes, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico, Direitos dos animais;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN

Presidente da Comissão – Indicado pelo PS



Secretário da Comissão – Indicado pelo PAN

4ª - Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico

Âmbito de ação: Urbanismo, Espaço Público, Acompanhamento do PDM, Turismo, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Económico;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

Presidente da Comissão – Indicado pelo PSD

Secretário da Comissão – Indicado pelo BE

5ª Cidadania, Habitação e Ação Social

Âmbito de ação: Questões Sociais, Saúde, Serviços Públicos, Habitação Social, Orçamento Participativo, Modernização Administrativa, Coesão Social, Igualdade de Género;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, 1 Ind.

Presidente da Comissão – Indicado pela CDU

Secretário da Comissão – Indicado pelo CDS-PP

6ª - Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Âmbito de ação: Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, 1 Ind.

Presidente da Comissão – Indicado pelo BE

Secretário da Comissão – Indicado pela CDU

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da Ordem do Dia relativa a normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem.

7.3.1 – O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) que fez a apresentação da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Assembleia, enquanto coordenador do mesmo.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O projeto da Assembleia Municipal Jovem de Almada, é algo que foi trazido a esta Câmara Municipal, resulta de uma moção que foi aprovada por proposta do Partido Socialista já há algum tempo e que resultou como o Senhor Presidente referiu e bem, na criação de um Grupo de Trabalho, constituído por elementos de todos os Partidos desta Assembleia Municipal, para redigirem essas mesmas normas de funcionamento. Ora, o trabalho a que nós nos propusemos, foi precisamente o de redigir aquelas que eram as normas de funcionamento deste órgão, que é um órgão que existe nalguns Concelhos do nosso país, mas que não deixa de ser, apesar de tudo, uma experiência nova, inovadora e que permitirá aproximar os jovens almadenses daquilo que é a democracia representativa, daquilo que são os mecanismos de eleição e de discussão que nós aqui também encontramos, que os Deputados encontram na Assembleia da República, que se encontram em todos os órgãos que estão previstos no nosso ordenamento constitucional, e portanto, aquilo a que nós nos propusemos foi de redigir umas normas de funcionamento que tivessem em conta que estamos a falar de uma primeira fase de um projeto que tenderá a ser minimalista e que ao longo dos anos se pretende que venha a ser uma realidade no nosso Concelho, uma realidade que envolva o maior número de escolas e de jovens à medida que os anos vão passando, e realidade essa que permita também, que estas normas de funcionamento, venham a ser alteradas e por assim dizer, densificadas.

Eu quero dizer também, muito claramente, que foi um tremendo gosto, poder fazer este trabalho, porque de facto, foi um trabalho feito repartido entre todos aqueles que fizeram parte deste Grupo de Trabalho e em que acho que nunca, em momento nenhum, sentimos que houvessem divergências, clivagens partidárias ou de outra



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

natureza que não fosse aquela de construirmos umas normas de funcionamento que melhor dessem resposta aquilo que era o objetivo a que nós nos propusemos. Temos também consciência de que a grande dificuldade será daqui para a frente, será implementar o órgão, será que ele funcione, será motivar os jovens de Almada a participar nele, será motivar os Agrupamentos e os Professores de Almada a reconhecerem nele também uma mais valia, mas o segundo passo será dado com a aprovação deste Regulamento, e eu acho, naturalmente, e era essa nota final que também gostaria de dar, é que os membros deste Grupo de Trabalho de todos os Partidos que fazem parte desta Assembleia Municipal, estão de certa forma de parabéns, porque o trabalho que fizemos, e aliás, a Senhora Deputada Municipal Marina Lopes, referiu isso até no email que enviou numa fase final do nosso trabalho, é verdade que todo o trabalho foi desenvolvido num ambiente muito cordato e portanto permitiu que o resultado final fosse bom. Naturalmente terá alguns pontos que podem ser melhorados, evidentemente, mas com a experiência também podemos fazer com que este documento que é apenas um normativo, depois o que importa verdadeiramente é a forma como o vamos aplicar, possa ser melhorado ao longo do tempo.

Resumidamente é isto, obviamente não entrarei naquilo que são os pormenores das normas de funcionamento, foram distribuídas, estou à disposição para partilhar aquelas que foram as posições ou os consensos que nós conseguimos alcançar dentro do Grupo, para as explicar, para as debater para votarmos aquilo que entendermos votar, ou se existirem algumas propostas de alteração, mas verdadeiramente, acho que o trabalho que desenvolvemos no seio deste Grupo de Trabalho, é um trabalho valoroso e que devemos também porque não dizê-lo, replicar para outras coisas, porque de facto, aquilo que verdadeiramente importa no fim de contas, para além das divergências que nós vamos demonstrando mediante cada um dos assuntos, aquilo que verdadeiramente importa, são depois os resultados finais, que os dois órgãos do Município, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, possam trazer e que possam melhorar a vida dos cidadãos de Almada e em particular e neste caso, possam fazer com que os cidadãos de Almada se sintam mais próximos dos seus representantes, e neste caso em particular que os jovens de Almada compreendam melhor o funcionamento dos seus órgãos representativos.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS--PP), Marina Lopes (PSD) João Geraldês (CDU), Inês Bom (BE), Ivan Gonçalves (PS) e o Senhor Vereador João Couvaneiro.

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Muito rapidamente, para dar os parabéns e felicitar toda a Assembleia Municipal, nomeadamente em nome do Coordenar deste Grupo de Trabalho que teve um trabalho bastante profícuo com a colaboração de todos os Grupos Municipais, que deram ideias e saudar também a proposta do PS que trouxe aqui a esta mesma Assembleia Municipal, a proposta de criação deste mesmo órgão e reconhecer que efetivamente, é um instrumento que os jovens, alunos, e que os jovens de Almada têm ao seu dispor, para também entrarem num primeiro contacto com as questões não só da política, mas aquelas que devem ser futuramente as suas responsabilidades, quer ao nível político quer também e sobretudo ao nível de cidadania. Tanto falamos das políticas que devemos direccionar para a juventude, temos aqui um brilhante exemplo. Com certeza que se irá repercutir nas variadas escolas do Concelho. É um pontapé de saída também para aquele que é necessário, também há muito pugnado pelos jovens, o Conselho Municipal da Juventude, penso que também estará em fase de análise. Apenas para saudar mais uma vez e que seja também um pontapé de saída para que os jovens se interessem mais pela política, pelas questões do seu Concelho, pelas questões que têm haver com a juventude, para que de futuro a abstenção, neste caso por parte dos jovens seja muito mais diminuta.”

7.3.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Quero só reforçar o que já tinha dito de forma privada aos Senhores/as Deputados/as que participaram neste Grupo de Trabalho, que é de facto de saudar o bom funcionamento e o bom envolvimento de todas as forças



políticas que participaram, para que este projeto possa seguir para a frente, porque o PSD neste momento, assim como penso todas as forças políticas que participaram, esperamos que seja uma mais valia para os nossos jovens almadenses, que com certeza refletir-se-á em toda a população almadense.”

7.3.2.3 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Para dar nota que foi com muito gosto que os Serviços da Câmara Municipal, da área da juventude acompanharam também este trabalho. Dizer que sublinhamos a atitude construtiva que existiu e gostaria de dar nota deste esforço que é um esforço de democratização. Tendo sido referida a questão do Conselho Municipal de Juventude, que tem o seu Regulamento em fase de conclusão e irá muito em breve a reunião de Câmara Municipal para depois vir também a este órgão. Mas, quer o Conselho Municipal de Juventude, quer também aqui a Assembleia Municipal Jovem, são de facto, estruturas que permitem com disse e muito bem o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves e os restantes Deputados/as Municipais, alargar a experiência democrática dos jovens, porque a cidadania só se constrói no seu exercício.”

7.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Sobre esta proposta gostaríamos de colocar duas questões essenciais que fundamentam o nosso voto contra a proposta que nos é apresentada e que são as seguintes:

Não obstante as explicações que aqui já foram dadas pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, relativamente à formação desta proposta, continuamos a não entender, porque razão mesmo numa avaliação minimalista desta Assembleia Municipal, uma Assembleia Municipal Jovem de Almada, se destine exclusivamente a alunos do Ensino Secundário do Concelho. Não entendemos porque razão são deixados de fora jovens estudantes do Ensino Superior, e porque razão são deixados fora jovens trabalhadores. Mesmo com as explicações que o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves aqui deixou.

Em segundo lugar, no momento da votação da proposta que abriu caminho para a criação desta Assembleia Municipal Jovem, expressamos a nossa rejeição votando contra esta proposta. Porque consideramos que os moldes em que este projeto nos foi proposto, não correspondem aos objetivos anunciados. Isto é, a sua formação fica muito longe de corresponder aos objetivos de promoção da participação efetiva e ativa dos jovens na vida cívica do nosso Concelho e na causa pública. Pensamos que este tipo de instrumentos, que substituem ou pretendem substituir, por exemplo, o Fórum Municipal da Juventude e assim um amplo espaço de participação dos jovens e de todos os jovens, acabam por reduzir e não aumentar a participação cívica dos jovens na vida coletiva, como aliás, o texto do normativo, que está hoje à nossa consideração, largamente bem o confirma.”

7.3.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Queremos também louvar este Grupo de Trabalho por nos ter apresentado este documento, que achamos importante e queremos louvar a iniciativa. Temos só algumas dúvidas que queríamos esclarecer.

No artigo 2º, ponto 6, achamos que em vez de os votos serem calculados através do método de Hondt seria mais interessante através de uma proporção direta e seria mais representativo e mais democrático.

Depois quanto ao artigo 5º, que diz “sessão escolar”, o 2º ponto, achamos que está um bocadinho confuso. Não se percebe bem se a “sessão escolar” é dividida na verdade em duas sessões, onde na primeira se faz a apresentação do projeto e na segunda se discute o tema, ou se é tudo feito na mesma sessão e quem é que faz esta apresentação do tema na sessão escolar? Se é um membro do executivo ou não? Acho que é importante esclarecer isto.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8

Depois, no artigo 8º, ponto 10º, onde se diz: “em caso de empate entre o número de votos das listas a atribuição do último mandato segue pela ordem indicada os seguintes critérios”, achamos que os critérios A e B, não são os mais democráticos e que talvez fosse melhor a repetição de uma votação só com as listas que tiveram um empate, porque de facto, escolher a lista pelo maior número de medidas ou pela média de idades mais baixas, achamos que pode não ser o método mais adequado.”

7.3.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

Muito obrigado pelas questões que foram colocadas e tentarei responder a todas, uma por uma.

Em primeiro lugar, uma ressalva porque foi de facto, um esquecimento. Ao longo deste processo e todos os meus colegas membros do Grupo de Trabalho, foram testemunhas disto mesmo, nós sempre contamos e tivemos sempre um apoio muito direto do Executivo da Câmara Municipal de Almada, em particular do Senhor Vice Presidente João Couvaneiro, que inclusivamente se disponibilizou para reunir com o Grupo de Trabalho, mais do que uma vez, salvo erro, para que nós pudéssemos também afinar posições, para perceber aquilo que era possível, aquilo que era mais difícil que fosse concretizado e tivemos também a possibilidade de ir comunicando com os técnicos da Autarquia, para que pudéssemos precisamente ir afinando aquilo que era a posição de cada um dos órgãos, respeitando naturalmente a autonomia de cada Grupo de Trabalho, autonomia de pensamento da Câmara Municipal de Almada, mas tendo noção de que, se nós fizermos esta afinação numa fase prévia, é mais fácil depois ela ser posta em prática do que estarmos a aprovar uma coisa que é absolutamente irrealista, e estou a fazer este agradecimento, porque de facto, a Câmara Municipal podia não ter dado esta ajuda, deu-a, esteve sempre bastante disponível, e o sucesso desta iniciativa dever-se-á se assim for, também em grande medida, à Câmara Municipal.

Eu vou tentar usar da máxima delicadeza que possa, para responder a uma questão que foi aqui colocada.

É verdade que a CDU, desde o início, se manifestou contra a existência deste órgão. É legítimo. Mas, também é verdade que, se não se tivesse colocado numa posição de não querer ou não ter possibilidade ou de não pretender participar naquela que foi a construção deste Regulamento, ou destas normas, nesta discussão, algumas destas questões já teriam sido respondidas por si, porque de facto, não basta uma iniciativa ter jovem no nome, para se sobrepor a todas as outras que tenham jovem no nome. Porque se tem objetivos diferentes, âmbitos diferentes, métodos de funcionamento diferentes, que se dirigem a pessoas diferentes, não são a mesma coisa. E tem necessariamente um objetivo diferente. E podemos ir por partes. O Fórum Municipal de Juventude, é um órgão que foi criado pelos anteriores executivos, que pressupunha juntar todos os jovens com critérios um bocadinho mais latos do que aqueles que eu pessoalmente até acho que seriam entendidas por um órgão deste tipo, mas tem uma função, é um órgão consultivo, no qual a Câmara Municipal de Almada (presumo eu) consultava quando entedia que era necessário. O Conselho Municipal de Juventude é uma coisa completamente diferente, aliás, está previsto em Lei. Os anteriores Executivos da Câmara Municipal de Almada, entenderam sempre que não deviam cumprir a Lei, mas isso é um problema dos anteriores executivos, a Lei diz que o Conselho Municipal de Juventude é uma obrigação que existe no Município, portanto, nem sequer acho que vamos entrar nessa discussão, ou aliás, podemos entrar nessa discussão, mas é um bocadinho extemporânea para aquilo que estamos aqui a discutir. De facto, aquilo que existiu durante muitos anos, foi um Fórum Municipal de Juventude como justificação para que não existisse um Conselho Municipal de Juventude, mas estamos a falar de coisas diferentes. O Conselho Municipal de Juventude, aquilo que pressupõe, é ser um órgão que dá parecer à Câmara Municipal por exemplo, sobre a construção do orçamento, sobre as políticas de juventude, etc.

Aquilo que estamos a falar como a Assembleia Municipal de Jovens, não é isto, de facto, é a possibilidade de os jovens do nosso Concelho, poderem eleger representantes seus, para um órgão onde possam fazer aprovar recomendações tal como nós aqui o fazemos, recomendações que são feitas ao Município, ao mesmo tempo que fiscalizam também a atividade do Município e cria alguma proximidade com os seus eleitos, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal. Podíamos ainda ter outra coisa que existe nalguns Concelhos



do país, que é a figura do autarca jovem, que é um jovem que é eleito pelos seus pares e que exerce às vezes com orçamento próprio, exerce a função de ser o autarca jovem daquele Município. Podíamos ter, isso seria complementar aquilo que é o Conselho Municipal de Juventude, à Assembleia Municipal Jovem, e isso não fazia com que todos os outros projetos fossem extemporâneos. Estou apenas a dar um exemplo. É verdade que podíamos, o órgão podia ser abrangente ao ponto de incluir todos os jovens do Município poderem votar, mas isso já acontece nas eleições gerais. O nosso pressuposto é que existindo uma escolaridade obrigatória até os dezoito anos, deveria ser nas escolas, porque também é um projeto que deve ser conduzido e acompanhado pelos docentes, que é nas escolas que esta eleição se deve fazer, e o facto, de serem apenas jovens do Ensino Secundário, é precisamente porque estamos numa fase embrionária do projeto. Porque numa primeira fase a nossa discussão foi se valeria a pena abrir ao Ensino Básico também, e fará sentido no futuro. Numa primeira fase logicamente e para que as coisas corram bem, a nossa opção foi manter apenas no Ensino Secundário, assim como, e posso também revelar à bancada da CDU, já que não participaram nessa discussão, assim como inicialmente nós tínhamos previsto que a Assembleia Municipal Jovem depois de eleitos os seus Deputados Jovens, pudesse reunir em cada um dos trimestres, e mais à frente, chegamos à conclusão que para uma primeira fase, bastaria que reunisse uma vez, vamos tentar que reúna uma vez, se as coisas correrem bem, num segundo, terceiro ano, faremos a avaliação e então aí o projeto pode ser densificado. Foi esse o princípio que seguimos, de algum gradualismo, e é por isso também que existem essas limitações.

Sobre o método de Hondt, até posso concordar com essa questão, o nosso princípio foi: o método de Hondt, é o método que a Constituição prevê para eleger os jovens. É um método que eu diria que se calhar nesta sala, nem todos conseguirão fazer com um papel e uma caneta, porque não é fácil, portanto, quanto mais precocemente nós pudermos também ensinar aos jovens, e depois até podemos ter outra discussão, se é na Constituição devia lá estar o método de Hondt para ser o método porque elegemos. Aliás, tenho alguns amigos juristas que me dizem que o nome Hondt é o único nome que vem na Constituição da República Portuguesa. É o único nome próprio, é o único nome de pessoa. Podíamos até questionar se esse é o método melhor, mas sendo aquele que está presente na Constituição da República Portuguesa, o que nos pareceu foi que devíamos replicá-lo, para que houvesse também um processo de aprendizagem. Com o compromisso de que, eu serei o primeiro a dizer que se a Constituição for alterada e se os métodos de eleição dos Deputados, dos Autarcas, de todos os órgãos de representação em Portugal, forem feitos de forma diferente, então nós também devemos alterar a forma como elegemos. Aliás, nós tivemos ainda outra discussão, foi se fazia sentido eleger uma lista em que o vencedor ficasse com todos os representantes, e chegamos precisamente à conclusão que não, para que o método de Hondt pudesse ser exercitado, para que isso fosse posto em prática e fosse o mais aproximado do órgão.

Sobre a sessão escolar, o português pode não estar muito correto, mas o pressuposto é que exista uma sessão que está dividida em duas partes, uma primeira parte em que um membro do executivo e um Deputado Municipal de cada Partido, apresenta o projeto, e depois uma segunda parte em que se dedica ao tema anual, que é discutido pela Assembleia Municipal Jovem, e até salvo erro nos pontos seguintes faz referência a que podem ser convidados especialistas externos precisamente também para enquadrar esse mesmos temas. A ideia é que essa discussão não se faça de forma partidária, é por isso que, posso dar também aqui uma outra achega. Uma das nossas bases de trabalho foi o regulamento e o método de funcionamento do Parlamento dos Jovens. No Parlamento dos Jovens, em cada escola está presente um Deputado, tendo em conta a nossa realidade, até parece-nos que não havia essa necessidade, que era preferível que em cada escola nós fizemos o esforço para estar um representante de cada Partido, até para não correr o risco de existir nenhuma partidarização do debate que se está a fazer em cada um dos momentos, porque não é esse e deixamos bastante claro desde o início, não é esse o objetivo desta proposta.

E sobre os métodos de desempate. Foi precisamente no pressuposto de que organizar um processo eleitoral é complexo, especialmente neste processo eleitoral que estamos a falar. E, portanto, era preferível, à partida, encontrar critérios de desempate, mesmo que alguns deles sejam um bocadinho redundantes. Aquilo que fizemos foi: basicamente olhar para os critérios de desempate que existem no Parlamento dos Jovens, e aplicá-los à nossa realidade, pode resultar melhor ou pior, acho que repetir o ato eleitoral embora fosse mais justo,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

traz-nos constrangimentos que podem tornar depois impraticável, até podemos estar a falar de universos eleitorais que são muito diminutos, e, portanto, um dos critérios, eu tenho ideia até que o da idade, porque esse é imbatível, em princípio não há um empate nesse critério, existindo um empate torna tudo mais complicado. Mas temos que encontrar mecanismos para ir desempatando sem que se faça essa mesma repetição.”

8 - Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 28, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores/as Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____